ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RAFAEL ESTRELA DE FREITAS

MICOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO IGARAPÉ DO CHITA NA AMAZÔNIA CENTRAL

SÃO PAULO - SP
2026

RAFAEL ESTRELA DE FREITAS

MICOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO IGARAPÉ DO CHITA NA AMAZÔNIA CENTRAL

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de mestre sob orientação do prof. Dr. Roberto Hoffmann Palmieri.

São Paulo - SP
2026

Ficha Catalográfica

Estrela de Freitas, Rafael
Micoturismo de Base Comunitária: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a comunidade de São Francisco do Igarapé do Chita na Amazônia Ocidental, 2026. 94 pp.
Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

1. Micoturismo
2. Turismo de Base Comunitária
3. Desenvolvimento Sustentável
4. Bioeconomia

I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

LOCAL E DATA

_____

Prof. Dr. Roberto Hoffmann Palmieri

_____

Prof. Dr. André Valle Nunes

_____

Prof. Dr. Ronisley Da Silva Martins

Dedico esta dissertação aos povos tradicionais da Amazônia, guardiões ancestrais dos saberes, das águas, das florestas e da vida, que resistem diariamente em defesa de seus territórios, culturas e modos de existir. Que este trabalho represente um gesto de respeito, reconhecimento e compromisso com a valorização da floresta em pé e daqueles que dela fazem parte.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação representa o encerramento de uma importante etapa de minha trajetória acadêmica e profissional, que somente foi possível graças ao apoio, incentivo e colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais expresso minha mais sincera gratidão.

À minha família, pelo amor incondicional, pelo incentivo constante e por compreenderem as ausências, os desafios e as renúncias.

À minha companheira de vida, Raquel Belém, por compartilhar comigo esta jornada com carinho, paciência, compreensão e incentivo em todos os momentos. Sua presença, confiança e apoio foram fundamentais para que eu mantivesse a motivação e a perseverança diante dos desafios.

Aos meus orientadores, Prof. Roberto Hoffmann Palmieri, Prof. André Valle Nunes e Prof. Ronisley da Silva Martins, expresso minha profunda gratidão pelos ensinamentos, pela dedicação, pela confiança em meu trabalho e pelas valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa. A orientação de vocês foi decisiva para meu crescimento acadêmico e profissional.

À Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS), pela excelência da formação oferecida, pelo ambiente de aprendizado e pela oportunidade de integrar um programa comprometido com a produção de conhecimento voltado à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Ao Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), instituição à qual tenho a honra de fazer parte, agradeço pelo incentivo à qualificação profissional e compromisso com a conservação da natureza. À minha mentora Andrea Peçanha, por proporcionar sempre um ambiente inspirador para o desenvolvimento da minha pesquisa científica.

À Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), pela autorização para a realização desta pesquisa na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, bem como pelo apoio institucional recebido ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

À Future Climate Group pelo apoio e financiamento da bolsa de estudos que possibilitou a realização do meu mestrado. Esse incentivo foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo para minha formação acadêmica e profissional e para

a construção de conhecimentos voltados à conservação da biodiversidade, ao turismo sustentável e ao fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Registro minha sincera gratidão pela confiança e pelo investimento na formação de profissionais comprometidos com um futuro mais sustentável.

Ao líder comunitário Sr. Antônio Daniel e principalmente à toda família do Sr. Jovenilson Souza Corrêa, da comunidade de São Francisco do Igarapé do Chita, minha sincera gratidão pela acolhida, pela confiança, pela disponibilidade em compartilhar conhecimentos, experiências e vivências, tornando esta pesquisa possível e muito mais significativa.

Aos colegas e grandes amigos que tive o privilégio de conhecer durante o mestrado, agradeço pela convivência, pelas trocas de conhecimento, pelo companheirismo e pelos momentos de aprendizado e amizade que tornaram essa jornada muito mais leve e enriquecedora.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho. A cada gesto de apoio, incentivo e colaboração, minha sincera gratidão.

Não se trata de ouvir com os ouvidos, mas de observar os seres, com a noção de que a maneira como vivem e como se relacionam, pode ser uma lição para nós.
Robin Wall Kimmerer

RESUMO

A presente dissertação analisa o potencial do micoturismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável na comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, no estado do Amazonas. O estudo teve como objetivo avaliar de que forma o micoturismo pode contribuir para a conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento comunitário, considerando os princípios do turismo de base comunitária e da bioeconomia amazônica. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica e documental, atividades de campo, inventário preliminar da micodiversidade, observação participativa e aplicação de formulários junto à potenciais visitantes. Também foi elaborado, de forma participativa, um roteiro preliminar de micoturismo acompanhado de proposta de precificação dos serviços turísticos. Os resultados demonstraram que a comunidade apresenta elevado potencial para o desenvolvimento da atividade, em razão da diversidade de macrofungos, da conservação ambiental e da presença de atrativos naturais e culturais compatíveis com experiências turísticas sustentáveis. O cruzamento das informações obtidas nos formulários evidenciou alinhamento entre as expectativas dos futuros visitantes e os serviços propostos, reforçando a viabilidade social, ambiental e econômica do micoturismo comunitário. Conclui-se que o micoturismo pode representar importante alternativa de valorização da sociobiodiversidade amazônica, promovendo conservação ambiental, fortalecimento territorial e geração de novas cadeias de valor sustentáveis baseadas na floresta em pé.

Palavras-chave: Micoturismo, turismo de base comunitária, desenvolvimento sustentável, biodiversidade amazônica,. macrofungos bioeconomia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the potential of community-based mycotourism as a sustainable development strategy in the São Francisco do Igarapé do Chita Community, located in the Puranga Conquista Sustainable Development Reserve, in the state of Amazonas, Brazil. The study aimed to evaluate how mycotourism can contribute to environmental conservation, income generation, and community strengthening, considering the principles of community-based tourism and Amazonian bioeconomy. The research adopted a qualitative and quantitative exploratory-descriptive approach, using bibliographic and documentary review, field activities, preliminary mycodiversity inventory, participant observation, and questionnaires applied to community members and potential visitors. A preliminary participatory mycotourism itinerary and a pricing proposal for tourism services were also developed. The results demonstrated that the community has strong potential for the development of the activity due to its macrofungal diversity, environmental conservation, and the presence of natural and cultural attractions compatible with sustainable tourism experiences. The cross-analysis of the collected data revealed alignment between visitors' expectations and the proposed services, reinforcing the social, environmental, and economic feasibility of community-based mycotourism. It is concluded that mycotourism may represent an important alternative for valuing Amazonian sociobiodiversity, promoting environmental conservation, territorial strengthening, and the creation of new sustainable value chains based on the standing forest.

Keywords: Mycotourism, community-based tourism, sustainable development, amazonian biodiversity, macrofungi, bioeconomy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pacote completo (guia + barco local + hospedagem).....64

Tabela 2 - Pacote para turistas com guia, barco e acomodação própria.....64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil integrado dos respondentes e potencial de inserção no micoturismo de base comunitária.....43

Quadro 2 - Conhecimento sobre micoturismo × interesse em participar da experiência.....44

Quadro 3 - Fatores de atratividade × barreiras percebidas pelos visitantes.....45

Quadro 4 - Convergências entre oferta comunitária e expectativas da demanda.....45

Quadro 5 - Relação entre consumo turístico e viabilidade econômica do micoturismo.....46

Quadro 6 - Pacote completo (guia + barco local + hospedagem).....46

Quadro 7 - Gêneros de macrofungos identificados no inventário preliminar realizado na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, RDS Puranga Conquista, Amazonas.....50

Quadro 8 - Horários das embarcações, saindo da Balsa Verde em Manaus, para a RDS Puranga Conquista.....57

Quadro 9 - Apresentação das normas de visitação e manejo ambiental para o roteiro de micoturismo comunitário da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita.....65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização das comunidades da RDS Puranga Conquista, com destaque para comunidade São Francisco do Igarapé do Chita.....31

Figura 2 - Aspectos da organização socioespacial da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) rio utilizado como principal via de acesso e circulação; (B) rua da comunidade; (C) escola comunitária; e (D) atividade agrícola.....33

Figura 3 - Registro de espécie Cantharellus guyanensis de macrofungo coletada em trilhas no entorno da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita para identificação taxonômica.....36

Figura 4 - Registros das atividades de educação ambiental sobre micoturismo realizadas com estudantes de 7 a 13 anos da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) observação de macrofungo com lupa; (B) prospecção de macrofungos em tronco de árvore; (C) observação de macrofungos em folha de bananeira; e (D) discussão e esclarecimento de dúvidas em sala de aula.…38

Figura 5 - Fluxograma metodológico da pesquisa para estruturação do micoturismo comunitário na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, RDS Puranga Conquista, Amazonas.....40

Figura 6 - Distribuição dos participantes por grupo de respondentes (n = 79).....41

Figura 7 - Distribuição geográfica dos respondentes da pesquisa.....42

Figura 8 - Diversidade de formas e cores das estruturas reprodutivas de macrofungos.....48

Figura 9 - Diferentes formas de ocorrência e visualização de fungos: (A) líquen; (B) micélio, constituído por uma rede de hifas; e (C) bioluminescência fúngica.……49

Figura 10 - Mapa de Pontos de identificação das trilhas terrestres e aquáticas na comunidade São Francisco do igarapé do Chita.....58

Figura 11 - Trilhas terrestres utilizadas para a experiência turística na comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) percurso terrestre com extensão de 1,53 km; e (B) percurso terrestre com extensão de 1,05 km.....59

Figura 12 - Rotas aquáticas associadas à proposta de micoturismo: (A) trilha aquática no entorno da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita; e (B) trilha aquática no arquipélago de Anavilhanas.....60

Figura 13 - Síntese da proposta de micoturismo de base comunitária na comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, contemplando o roteiro preliminar, atrativos, princípios do turismo comunitário, informações aos visitantes e contribuições para a comunidade.....62

LISTA DE ABREVIATUAS E SIGLAS

AM	Amazonas
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ESCAS	Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
OMT	Organização Mundial do Turismo
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMA-AM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
WWF	World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO....16
2. REFERENCIAL TEÓRICO....19
2.1. Unidades de Conservação e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista....19
2.2. Turismo sustentável e de base comunitária em áreas protegidas....21
2.3. Micoturismo, micodiversidae e conhecimentos tradicionais na Amazônia....25
2.4. Educação e percepção ambiental aplicadas ao micoturismo....28
3. MATERIAIS E MÉTODOS....30
3.1. Caracterização da área de estudo....30
3.2. Delineamento da pesquisa....34
3.2.1. Levantamento e identificação dos macrofungos....35
3.2.2. Aplicação dos formulários....36
3.2.3. Construção participativa do roteiro de micoturismo....37
3.3. Análise dos dados....39
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO....41
4.1. Perfil dos potenciais visitantes e profissionais do turismo....41
4.2. Inventário preliminar da micodiversidade e potencial interpretativo 47
4.3. Cantharellus guyanensis: registro, validação e implicações para o micoturismo....55
5. PRODUTO TÉCNICO: PROPOSTA DE ROTEIRO DE MICOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA....56
5.1. Estrutura e Logística....57
5.2. Detalhamento dos roteiros....61
5.2.1. Experiência de curta permanência – 1 noite....61
5.2.2. Roteiro de dois dias....61
5.2.3. Roteiro de três dias....61
5.3. Estrutura de custos, precificação e repartição de benefícios....63
5.4. Diretrizes de manejo, visitação e monitoramento....65
CONSIDERAÇÕES FINAIS....67
REFERÊNCIAS....71
APÊNDICE A - Catalágo fotográfico das espécies de macrofungos....76

APÊNDICE B - Formulário de entrevista para agentes e guias de turismo.....87
APÊNDICE C - Formulário de entrevista para potencial turista nacional e estrangeiro. 90
ANEXO A - Documento de autorização de uso de imagem.....94

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o turismo sustentável tem incorporado abordagens voltadas à conciliação entre conservação ambiental, valorização sociocultural e desenvolvimento econômico, especialmente em territórios de elevada biodiversidade. Na Amazônia, esse debate assume particular relevância diante da necessidade de construir alternativas econômicas compatíveis com a conservação da floresta e com os modos de vida das populações tradicionais. Nesse contexto, modalidades de turismo de baixo impacto podem contribuir para a valorização de componentes da sociobiodiversidade ainda pouco incorporados às práticas convencionais de visitação e interpretação da natureza.

Entre esses componentes encontram-se os fungos, organismos fundamentais para o funcionamento dos ecossistemas florestais, sobretudo por sua participação na decomposição da matéria orgânica, na ciclagem de nutrientes e em diferentes interações ecológicas. Apesar de sua importância, a diversidade fúngica permanece relativamente pouco conhecida pelo público em geral e ainda é pouco incorporada às estratégias de uso público e interpretação ambiental em áreas naturais. Estimativas globais indicam que apenas uma parcela da diversidade de fungos existente no planeta foi formalmente descrita, evidenciando lacunas no conhecimento taxonômico e ecológico, especialmente em regiões tropicais (Hawksworth; Lücking, 2017). Na Amazônia, essa condição reforça a relevância de iniciativas voltadas tanto à produção de conhecimento quanto à valorização educativa, cultural e econômica da micodiversidade.

Uma das possibilidades de aproximação entre a sociedade e a diversidade fúngica é o micoturismo, também denominado turismo micológico, modalidade de turismo de natureza baseada na observação e interpretação dos fungos em seus ambientes de ocorrência. Oliveira e Estrela (2022) associam essa prática a experiências que articulam conhecimentos científicos e tradicionais, educação ambiental e valorização da biodiversidade fúngica, ampliando as possibilidades de interpretação dos ambientes naturais.

Em âmbito internacional, estudos têm discutido as contribuições do turismo micológico para a conservação e o desenvolvimento local. Pérez-Moreno et al. (2021) relacionam os fungos micorrízicos comestíveis à sustentabilidade florestal, à segurança alimentar e à conservação biocultural, enquanto Suazo e Viana-Lora (2022) apontam con-

tribuições do micoturismo para o bem-estar, a economia e o desenvolvimento sustentável. De Frutos Madrazo et al. (2012) também identificam potencial de geração de renda e emprego associado ao turismo de cogumelos silvestres em áreas rurais. Na América Latina, Jiménez-Ruiz et al. (2016) destacam a relação entre turismo micológico, patrimônio biocultural e etnoconhecimento, evidenciando possibilidades de articulação entre biodiversidade, conhecimentos locais e experiências turísticas.

Essa abordagem aproxima-se dos princípios do turismo de base comunitária, no qual as populações locais assumem participação ativa na organização, gestão e distribuição dos benefícios decorrentes da atividade turística (WWF-BRASIL, 2021). No Amazonas, tais princípios são particularmente relevantes em áreas protegidas habitadas por populações tradicionais, nas quais o turismo pode constituir uma atividade complementar associada ao uso sustentável da biodiversidade. Iniciativas de ordenamento turístico em unidades de conservação indicam o interesse institucional na estruturação de experiências compatíveis com a conservação e a participação comunitária (AMAZONASTUR, 2025).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, localizada no município de Manaus, insere-se nessa realidade. A unidade abriga comunidades tradicionais e tem como princípio compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos e as atividades socioeconômicas desenvolvidas por suas populações (SEMA-AM, 2023). Entre as comunidades inseridas nesse território encontra-se São Francisco do Igarapé do Chita, onde a presença de ambientes florestais, macrofungos e conhecimentos locais associados à floresta constitui uma base potencial para atividades de interpretação ambiental, observação da biodiversidade e valorização territorial.

Entretanto, a presença desses elementos não determina, por si só, a viabilidade do micoturismo. Sua estruturação requer a análise integrada das condições ambientais, socioculturais, econômicas e operacionais do território, bem como da participação da comunidade no planejamento e na gestão da atividade. Esse aspecto torna-se particularmente relevante diante da ainda incipiente inserção do micoturismo no contexto brasileiro e da limitada produção de estudos sobre sua aplicação em comunidades amazônicas situadas em unidades de conservação de uso sustentável.

Essa lacuna fundamenta a relevância da presente pesquisa. No campo científico, o estudo aproxima turismo, micodiversidade, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável em uma temática ainda pouco explorada na Amazônia. Sob as perspectivas ambiental e educativa, possibilita discutir formas de ampliar o reconhecimento dos fungos como componentes da biodiversidade e sua inserção em atividades de interpretação da natureza. No âmbito social e econômico, permite analisar possibilidades de diversificação das experiências turísticas e de geração de benefícios locais fundamentadas na participação comunitária e nos conhecimentos associados ao território.

A pesquisa apresenta ainda caráter aplicado ao buscar produzir subsídios para o planejamento de uma experiência de micoturismo adequada às características da comunidade e aos objetivos de conservação da RDS Puranga Conquista. Desse modo, mais do que pressupor o micoturismo como uma alternativa previamente viável, torna-se necessário investigar as condições, possibilidades e limitações para sua estruturação no território.

Diante disso, esta dissertação orienta-se pela seguinte questão de pesquisa: de que maneira o micoturismo de base comunitária pode ser estruturado na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, considerando os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos do território? A partir dessa problemática, o estudo tem como objetivo geral avaliar o potencial do micoturismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista.

Para alcançar esse propósito, foram definidos como objetivos específicos: caracterizar o perfil dos potenciais visitantes à comunidade, identificando seus interesses relacionados à natureza e à micodiversidade; inventariar os potenciais gêneros de macrofungos para o micoturismo; e elaborar e validar, de forma participativa, um roteiro de micoturismo comunitário, disseminando conceitos de ecoturismo e conservação ambiental junto à comunidade. Dessa forma, a pesquisa buscará integrar os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos do território, considerando a diversidade fúngica, os conhecimentos locais, a participação comunitária e a conservação da biodiversidade amazônica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Unidades de Conservação e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista

As Unidades de Conservação (UCs) constituem instrumentos da política ambiental brasileira destinados à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. No Brasil, sua criação, classificação e gestão são regulamentadas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e organizou as áreas protegidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). Para esta pesquisa, interessa especialmente o segundo grupo, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.

Entre as categorias de Uso Sustentável encontram-se as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), definidas pelo SNUC como áreas naturais que abrigam populações tradicionais cuja existência se relaciona a sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais (BRASIL, 2000). Essa categoria reconhece a presença humana como parte da dinâmica de conservação e aproxima a proteção da biodiversidade da manutenção dos modos de vida e dos conhecimentos associados ao território (Diegues, 2008).

A concepção das RDS está relacionada a uma compreensão de desenvolvimento sustentável que articula dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas. Nessa perspectiva, a conservação não se restringe à proteção de componentes naturais, mas envolve também o uso sustentável dos recursos, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação das populações residentes nos processos de gestão (Sachs, 2004). A gestão participativa assume, portanto, papel central, uma vez que a construção de regras de uso e a tomada de decisões precisam considerar os diferentes atores envolvidos no território (ICMBIO, 2018).

A participação comunitária é particularmente relevante em unidades de uso sustentável, nas quais conservação e reprodução social se encontram diretamente relacionadas. A inclusão das comunidades nos processos decisórios pode ampliar a legitimidade das ações de gestão e favorecer a construção de estratégias compatíveis com as condições locais. Ao mesmo tempo, a efetividade desse modelo depende de capacidade institucional, recursos técnicos e financeiros, mecanismos de diálogo e instrumentos de planejamento que permitam enfrentar conflitos territoriais e pressões sobre os recursos naturais (Hipólito, 2024).

Nesse conjunto de áreas protegidas insere-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, criada pela Lei Estadual nº 4.015, de 24 de março de 2014, no município de Manaus, Amazonas. A unidade integra o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro e resultou da recategorização de parte do antigo Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul (chamar aqui a figura do mapa). A mudança de categoria buscou compatibilizar a conservação ambiental com a permanência e os direitos das populações historicamente estabelecidas no território (AMAZONAS, 2014).

Com aproximadamente 86 mil hectares, a RDS Puranga Conquista reúne ambientes de terra firme, igapós, rios, igarapés e áreas de várzea e abriga comunidades tradicionais que desenvolvem atividades como agricultura familiar, pesca artesanal, extrativismo e iniciativas relacionadas ao turismo (SEMA-AM, 2023). Seu Plano de Gestão constitui instrumento de ordenamento do território e orienta a compatibilização entre conservação, uso sustentável dos recursos naturais e atividades socioeconômicas, com participação dos diferentes atores envolvidos na gestão da unidade.

Nesse sentido, a RDS Puranga Conquista constitui um território no qual a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a participação das populações residentes precisam ser considerados de forma integrada na implementação de atividades econômicas. No âmbito do turismo, essa articulação torna-se particularmente relevante, uma vez que sua inserção em áreas protegidas requer planejamento e participação comunitária para que os benefícios gerados permaneçam associados ao desenvolvimento local e à conservação socioambiental. Na própria RDS Puranga Conquista, Porto e Proença (2019), destacam o protagonismo comunitário e o ordenamento da atividade como elementos importantes para sua relação com o desenvolvimento local

e a preservação socioambiental. Dessa forma, a estruturação de novas experiências turísticas na unidade, como o micoturismo, deve ser compreendida a partir das especificidades territoriais, dos objetivos de conservação e da participação das comunidades envolvidas.

2.2.Turismo sustentável e de base comunitária em áreas protegidas

A relação entre turismo e desenvolvimento sustentável ganhou maior centralidade à medida que os impactos ambientais, sociais e culturais associados à atividade turística passaram a exigir modelos de planejamento que considerassem as condições e os limites dos territórios visitados. O desenvolvimento sustentável pressupõe o atendimento das necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras (CMMAD, 1991). Aplicado ao turismo, esse princípio requer considerar de forma integrada as dimensões econômica, social e ambiental da atividade e seus efeitos sobre os destinos turísticos (OMT, 2005).

Em áreas protegidas, essa discussão assume particular relevância, uma vez que os recursos naturais constituem simultaneamente elementos de atratividade turística e objetos de conservação. Embora a visitação possa produzir benefícios econômicos e contribuir para a valorização dessas áreas, sua realização exige planejamento e gestão capazes de minimizar impactos sobre os ecossistemas e compatibilizar o uso turístico com os objetivos de conservação (Buckley, 2009).

No Brasil, a importância dessa atividade pode ser observada nos dados de visitação das Unidades de Conservação (UCs) federais. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Brasil, 2026a), foram contabilizadas aproximadamente 25,5 milhões de visitas em 2024, representando crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Esses números evidenciam a expressividade da visitação em áreas protegidas e reforçam a necessidade de estratégias de gestão que conciliem o uso público, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico dos territórios.

A relevância econômica dessa atividade também pode ser observada nos resultados divulgados pela Agência Gov (Brasil, 2026b), referentes ao ano de 2025. Segundo

a instituição, os gastos associados ao turismo nas UCs federais movimentaram aproximadamente R$ 40,7 bilhões em vendas na economia brasileira, contribuíram com cerca de R$ 20,3 bilhões para o Produto Interno Bruto (PIB) e sustentaram mais de 332 mil postos de trabalho. Embora esses indicadores representem o conjunto das atividades turísticas vinculadas às unidades federais, e não exclusivamente iniciativas comunitárias, demonstram a importância econômica do turismo em áreas protegidas. Entretanto, a magnitude desses resultados não significa que os benefícios sejam distribuídos de maneira equilibrada entre as populações residentes ou do entorno das unidades, tornando necessária a análise das formas de participação e apropriação local das oportunidades econômicas.

Além da dimensão econômica, a participação das populações anfitriãs constitui um elemento fundamental para um turismo socialmente inclusivo. Scheyvens e Biddulph (2018) destacam que o desenvolvimento turístico inclusivo pressupõe ampliar as oportunidades de participação dos grupos locais nos processos decisórios e nos benefícios gerados pela atividade. Nessa perspectiva, o Turismo de Base Comunitária (TBC) busca fortalecer o protagonismo das comunidades no planejamento e na gestão do turismo, valorizando seus modos de vida, conhecimentos, identidades culturais e formas de organização social (Irving, 2009).

No Brasil, o TBC reúne experiências diversas, mas compartilha princípios relacionados à participação social, à valorização cultural e à apropriação local dos benefícios provenientes do turismo (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009). Sua presença no território nacional pode ser observada em levantamentos sobre iniciativas comunitárias. Kiyotani, Costa e Fonseca (2024), ao analisarem o desenvolvimento do TBC no país, apresentam dados de um levantamento que identificou 40 iniciativas distribuídas pelas regiões brasileiras, das quais 18 estavam localizadas no Sudeste, oito no Nordeste, seis no Sul, seis no Norte e duas no Centro-Oeste. Entre as iniciativas identificadas na região Norte, cinco estavam situadas no Amazonas. Esses resultados demonstram a presença do turismo comunitário em diferentes contextos territoriais, embora não representem necessariamente a totalidade das experiências existentes no Brasil.

Em relação às Unidades de Conservação, estudos regionais também demonstram a presença de iniciativas comunitárias em diferentes contextos. Koga e Uyeti

(2022), ao investigarem o turismo de base comunitária no estado de São Paulo, identificaram 25 comunidades que desenvolviam atividades turísticas dentro ou no entorno de 30 UCs. Os autores observaram que comunidades com maior organização interna e articulação com redes de turismo e instituições públicas apresentavam melhores condições para enfrentar os desafios da atividade. Esses resultados demonstram que o desenvolvimento do turismo comunitário depende não apenas da existência de atrativos naturais, mas também da capacidade de organização e articulação dos atores envolvidos.

O reconhecimento institucional do TBC também pode ser observado nas políticas públicas de incentivo à atividade. Kiyotani, Costa e Fonseca (2024) destacam que, em 2008, o Ministério do Turismo apoiou 50 iniciativas de TBC distribuídas pelo território nacional. Posteriormente, em 2017, o ICMBio selecionou nove propostas de turismo comunitário vinculadas às Unidades de Conservação federais, cujas experiências foram sistematizadas na publicação Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais: caderno de experiências (Brasil, 2019). Em 2024, foi lançado outro edital para apoiar seis iniciativas, sendo quatro localizadas na Amazônia e duas em outros biomas brasileiros. Essas ações demonstram o reconhecimento do turismo comunitário como possibilidade de articulação entre conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico, embora a continuidade dessas experiências dependa de políticas de apoio, organização comunitária e condições adequadas de gestão.

A consolidação dessas iniciativas exige, contudo, condições que ultrapassam a disponibilidade de atrativos naturais ou a existência de demanda turística. A participação comunitária precisa estar associada à capacidade de organização coletiva, à definição de responsabilidades, à transparência na gestão dos recursos e à construção de mecanismos de distribuição dos benefícios. Bello, Carr e Lovelock (2016) destacam a importância de instrumentos que permitam o envolvimento efetivo das comunidades no planejamento turístico em áreas protegidas, evitando que sua participação se limite a consultas formais. Da mesma forma, a avaliação de iniciativas de TBC requer considerar aspectos como governança, participação social, sustentabilidade ambiental e geração e distribuição de benefícios locais (Silva; Araújo, 2024).

Nesse cenário, o ICMBio (2019), por meio da publicação Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais: caderno de experiências, apresenta experiências brasileiras e destaca aspectos relacionados ao protagonismo comunitário, à organização social e à construção de iniciativas vinculadas às particularidades dos territórios. Essas experiências evidenciam que o desenvolvimento do TBC envolve processos de articulação entre moradores, instituições públicas e outros atores, sendo necessário considerar as formas locais de organização, as capacidades existentes e os interesses das comunidades envolvidas.

No contexto amazônico, experiências desenvolvidas em Reservas de Desenvolvimento Sustentável demonstram possibilidades de integração entre turismo, conservação e participação comunitária. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o turismo comunitário constitui uma experiência relevante para a discussão sobre gestão territorial e benefícios associados à visitação (Peralta et al., 2018). Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Coelho e Gontijo (2021) descrevem experiências de organização comunitária e viagens experimentais realizadas a partir de 2010, que buscaram proporcionar aos moradores maior conhecimento prático sobre o turismo e autonomia nos processos de decisão. Essas experiências indicam que a construção de atividades turísticas em territórios amazônicos depende de processos graduais de planejamento, aprendizagem e participação, respeitando as especificidades sociais e ambientais de cada comunidade.

Apesar do avanço das experiências de TBC no Brasil, os levantamentos apresentados não permitem identificar, de forma consolidada, quantas Unidades de Conservação brasileiras desenvolvem especificamente o micoturismo de base comunitária, quantos visitantes participam dessas experiências ou qual renda é gerada por essa modalidade. Essa limitação evidencia a necessidade de pesquisas que investiguem suas possibilidades de desenvolvimento em diferentes contextos territoriais, considerando fatores como diversidade e sazonalidade dos macrofungos, interesse dos visitantes, condições de acesso, organização comunitária e compatibilidade com os objetivos de conservação.

Dessa forma, a inserção do micoturismo na RDS Puranga Conquista deverá ser analisada não apenas pela existência de recursos naturais com potencial interpretativo,

mas também pelas condições sociais, ambientais e operacionais necessárias à sua estruturação. A presente pesquisa buscará contribuir para essa discussão ao avaliar as possibilidades de desenvolvimento do micoturismo na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, considerando os interesses dos potenciais visitantes, a diversidade de macrofungos, os conhecimentos locais e a participação comunitária na elaboração de um roteiro turístico compatível com as características do território.

2.3.Micoturismo, micodiversidae e conhecimentos tradicionais na Amazônia

O micoturismo, também denominado turismo micológico, constitui uma modalidade de turismo de natureza voltada à observação, interpretação, identificação e apreciação de fungos em seus ambientes de ocorrência. As experiências podem incluir caminhadas interpretativas, atividades educativas e outras formas de aproximação entre visitantes e diversidade fúngica, articulando componentes recreativos, científicos e culturais (Travassos; Lucena, 2024).

A relevância desse segmento relaciona-se às funções ecológicas desempenhadas pelos fungos e à diversidade de relações estabelecidas entre esses organismos, os ecossistemas e as sociedades humanas. Os fungos atuam na decomposição da matéria orgânica, na ciclagem de nutrientes e em associações simbióticas fundamentais para o funcionamento dos ecossistemas, entre elas as micorrizas (Moore; Robson; Trinci, 2020). Os macrofungos, por sua vez, caracterizam-se pela produção de estruturas reprodutivas visíveis a olho nu e apresentam ampla diversidade morfológica e ecológica, podendo ocorrer sobre o solo, a madeira e outros substratos orgânicos, características que favorecem sua observação em atividades de campo e interpretação ambiental (Lodge et al., 2004).

Em escala mundial, estima-se que existam aproximadamente 2,5 milhões de espécies de fungos, embora esse número possa variar conforme os métodos de estimativa e os grupos taxonômicos considerados. Desse total, aproximadamente 155 mil espécies haviam sido formalmente descritas pela ciência, segundo compilação apresentada por Stallman et al. (2024), com base em referências taxonômicas anteriores. Dessa maneira, apenas uma pequena parcela da diversidade fúngica estimada é atualmente conhecida e formalmente nomeada. O relatório State of the World's Plants and Fungi 2023, elaborado

pelo Royal Botanic Gardens, Kew, também apresenta uma estimativa de 2 a 3 milhões de espécies, adotando 2,5 milhões como valor de referência. Essa diferença entre o número de espécies descritas e o número estimado evidencia a existência de uma expressiva lacuna de conhecimento taxonômico e biogeográfico sobre o Reino Fungi (ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW, 2023; STALLMAN et al., 2024).

Além de sua dimensão ecológica e científica, os fungos têm sido incorporados a diferentes experiências turísticas. Na Espanha, De Frutos Madrazo, Martínez-Peña e Esteban (2012) analisaram o turismo associado a cogumelos silvestres em Castilla y León e identificaram sua relação com oportunidades de renda e emprego em áreas rurais. Na América Latina, Jiménez-Ruiz; Thomé-Ortiz e Burrola-Aguilar (2016) discutiram as relações entre patrimônio biocultural, turismo micológico e etnoconhecimento no México, evidenciando possibilidades de articulação entre biodiversidade, cultura e conhecimentos locais nas experiências turísticas.

A literatura também aponta relações entre recursos micológicos, sustentabilidade florestal e desenvolvimento econômico. Pérez-Moreno et al. (2021) discutem a importância dos fungos micorrízicos comestíveis para a segurança alimentar, a conservação biocultural e a sustentabilidade das florestas, enquanto Suazo e Viana-Lora (2022) analisam contribuições do turismo micológico para o bem-estar, a economia e o desenvolvimento sustentável. Essas evidências, entretanto, decorrem de contextos específicos e não devem ser automaticamente transferidas para a realidade amazônica, reforçando a necessidade de avaliar as condições ambientais, sociais e econômicas de cada território antes da implementação de atividades dessa natureza.

Na Amazônia, a relação entre sociedades humanas e fungos ultrapassa sua dimensão biológica. Estudos etnomicológicos demonstram que esses organismos integram sistemas de conhecimento de diferentes povos indígenas. Vargas-Isla, Ishikawa e Py-Daniel (2013) registraram conhecimentos e usos de macrofungos entre povos amazônicos, incluindo espécies utilizadas para alimentação e formas próprias de reconhecimento e classificação desses organismos. Esses registros evidenciam dimensões alimentares, ecológicas e culturais nas relações estabelecidas entre populações amazônicas e diversidade fúngica.

Entre os Sanöma, povo Yanomami, a obra Ana amopö: cogumelos reúne conhecimentos relacionados ao reconhecimento, à ocorrência e ao consumo de cogumelos em ambientes associados às roças e capoeiras, evidenciando relações entre fungos, alimentação e manejo tradicional da paisagem (Hutukara Associação Yanomami; Instituto Socioambiental, 2016). Essa experiência contribui para compreender os fungos como componentes do patrimônio biocultural amazônico, sem que os conhecimentos documentados nesse território sejam generalizados para outros povos ou comunidades.

A relação entre biodiversidade, conhecimentos locais e atividades econômicas aproxima o micoturismo dos princípios do Turismo de Base Comunitária. Bachi e Carvalho-Ribeiro (2023), ao analisarem iniciativas de TBC e produtos florestais não madeireiros no Brasil, identificam o potencial dessas atividades para agregar valor material e imaterial à sociobiodiversidade, ressaltando, contudo, a importância de condições como governança, infraestrutura e participação local. Nesse sentido, a incorporação de conhecimentos locais às experiências de micoturismo deve ser compreendida como parte de um processo territorial e comunitário, evitando tratar esses saberes apenas como elementos destinados à composição de produtos turísticos.

Essa discussão também dialoga com a bioeconomia, especialmente quando compreendida a partir do uso sustentável e da valorização econômica e cultural da biodiversidade. No contexto brasileiro, Bachi e Carvalho-Ribeiro (2023) demonstram que o Turismo de Base Comunitária pode ampliar o valor associado à sociobiodiversidade e aos usos multifuncionais da paisagem, embora os resultados dessas iniciativas dependam de fatores institucionais, sociais e estruturais. Assim, o potencial econômico associado ao micoturismo não deve ser tratado como resultado automático da presença de recursos fúngicos, mas como uma possibilidade condicionada à organização comunitária, ao planejamento e às características do território.

A estruturação do micoturismo também depende das características ecológicas dos recursos utilizados pela atividade. A sazonalidade constitui um fator relevante, uma vez que a ocorrência de cogumelos silvestres varia ao longo do ano e pode influenciar a oferta e o planejamento das experiências turísticas. Fusté-Forné (2022), ao analisar o turismo associado a alimentos silvestres, incluindo cogumelos, destaca a influência da

sazonalidade na organização dessas experiências e nas relações entre recursos naturais, cultura local e turismo.

Na Amazônia, essa condição merece atenção particular em razão da influência de fenômenos climáticos como o El Niño, que pode intensificar períodos de estiagem, elevar as temperaturas e alterar os regimes de precipitação. O evento de 2023, por exemplo, foi marcado por uma seca histórica na região amazônica, com o nível do Rio Negro atingindo 12,70 metros em Manaus, em outubro daquele ano (Espinoza et al., 2024). Embora ainda sejam necessários estudos específicos que relacionem diretamente os eventos de El Niño à frutificação dos macrofungos amazônicos, pesquisas realizadas em florestas tropicais demonstram que alterações na disponibilidade hídrica podem modificar significativamente a diversidade e a composição das comunidades fúngicas (Buscardo et al., 2021).

Além dos aspectos ecológicos, a estruturação de atividades turísticas em áreas protegidas requer participação das populações locais nos processos de planejamento. Bello, Carr e Lovelock (2016) propõem um modelo de participação comunitária especificamente voltado ao planejamento turístico em áreas protegidas, destacando a necessidade de mecanismos que permitam envolvimento efetivo das comunidades nas decisões relacionadas à atividade. Dessa forma, o micoturismo deve ser compreendido não como uma solução previamente estabelecida para o desenvolvimento local, mas como uma possibilidade cuja pertinência depende da articulação entre disponibilidade dos recursos fúngicos, sazonalidade, condições ambientais, planejamento da visitação, participação comunitária e características socioeconômicas de cada território.

2.4.Educação e percepção ambiental aplicadas ao micoturismo

A dimensão educativa constitui um componente relevante das experiências de tur ismo de natureza e assume particular importância no micoturismo, considerando o conhecimento ainda limitado do público sobre os fungos. A Educação Ambiental não se restringe à transmissão de informações sobre os ecossistemas, mas envolve processos de interpretação, reflexão e construção de valores relacionados às formas de interação entre

sociedade e natureza (Carvalho, 2012). Nesse sentido, experiências realizadas em ambientes naturais podem constituir oportunidades educativas quando favorecem a compreensão das relações ecológicas e a reflexão sobre a conservação da biodiversidade.

A percepção ambiental envolve as diferentes formas pelas quais os indivíduos percebem e estabelecem relações com o ambiente. Zanini et al. (2021) destacam que os estudos sobre percepção ambiental possibilitam compreender as relações entre os seres humanos e o meio, considerando as diferentes maneiras de perceber e vivenciar o espaço. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Reigota (2010), segundo a qual as representações de meio ambiente são construídas a partir das relações sociais e das experiências dos sujeitos, podendo assumir diferentes significados. Assim, compreender a percepção ambiental torna-se relevante para analisar como diferentes indivíduos interpretam e atribuem sentidos aos elementos naturais com os quais interagem.

No campo da Educação Ambiental, Sauvé (2005) ressalta a existência de diferentes correntes e abordagens, evidenciando que os processos educativos podem envolver dimensões cognitivas, afetivas, sociais e experienciais. Em atividades desenvolvidas diretamente em ambientes naturais, a interpretação pode atuar como estratégia educativa ao aproximar os visitantes dos elementos e processos ecológicos presentes no território. Juma e Khademi-Vidra (2022), analisam a interpretação da natureza como abordagem de Educação Ambiental aplicada à gestão de visitantes, demonstrando que diferentes formas de interpretação podem favorecer conhecimento e compreensão do ambiente, embora sua efetividade dependa das características do público e da forma como a experiência é mediada.

Essa mediação torna-se particularmente relevante quando o objeto da experiência são os fungos. Pesquisa recente com 747 participantes na Alemanha identificou baixo conhecimento sobre espécies fúngicas: em média, os participantes reconheceram apenas 16,7% das espécies apresentadas e mais de um quarto não identificou nenhuma delas. O estudo também mostrou que grande parte dos participantes possuía conhecimentos limitados sobre a biologia e a classificação dos fungos, indicando uma lacuna de alfabetização sobre esse grupo biológico (Schanz; Remmele, 2026). Esses resultados reforçam a importância de iniciativas educativas que tornem os fungos mais perceptíveis e compreensíveis para públicos não especializados.

No contexto do micoturismo, atividades interpretativas podem contribuir para esse processo ao apresentar aos visitantes características como formas, substratos, habitats e funções ecológicas dos fungos. Schanz e Remmele (2026) ressaltam que a alfabetização sobre espécies envolve não apenas reconhecer e nomear organismos, mas também compreender seus habitats, funções ecológicas e relações com o ambiente. Assim, a relevância educativa de uma experiência de micoturismo não deve ser avaliada apenas pela quantidade de espécies ou gêneros observados, mas também pela capacidade da mediação de contextualizar esses organismos e favorecer uma compreensão mais ampla de seu papel nos ecossistemas.

No micoturismo de base comunitária, a dimensão interpretativa pode incluir ainda conhecimentos e valores construídos pelas populações que vivem no território. Estudos sobre turismo sustentável com povos indígenas mostram que sistemas locais de conhecimento e valores socioculturais podem constituir componentes relevantes da experiência turística quando as próprias comunidades participam de sua definição e apresentação. Shrestha, L'Espoir Decosta e Whitford (2025), destacam a importância dos sistemas de conhecimento indígena e dos valores socioculturais para modelos de turismo sustentável construídos a partir das perspectivas das próprias comunidades. Dessa forma, a integração entre conhecimentos científicos e locais no micoturismo deve ocorrer de maneira participativa, reconhecendo que os moradores não são apenas transmissores de informações, mas sujeitos na definição das narrativas, conteúdos e significados compartilhados com os visitantes.

Diante disso, a Educação Ambiental e a percepção ambiental oferecem bases teóricas para compreender o micoturismo como uma experiência que pode articular observação da biodiversidade, interpretação ecológica e construção de significados sobre os fungos e seus ambientes. A literatura indica, contudo, que o contato com a natureza não produz automaticamente conhecimento ou mudanças de comportamento: os efeitos educativos dependem da qualidade da interpretação, da mediação e das características dos participantes (Juma; Khademi-Vidra, 2022). No caso dos fungos, cuja alfabetização científica ainda apresenta lacunas importantes entre públicos não especializados, atividades interpretativas podem contribuir para ampliar sua visibilidade e compreensão

ecológica, desde que sejam planejadas de forma contextualizada e compatível com as características socioculturais do território (Schanz; Remmele, 2026).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1.Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, no município de Manaus, estado do Amazonas (Figura 1). A RDS está situada na margem esquerda do rio Negro e integra o contexto territorial do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, região formada por diferentes Unidades de Conservação e marcada pela presença de comunidades tradicionais e indígenas (Alves, 2026).

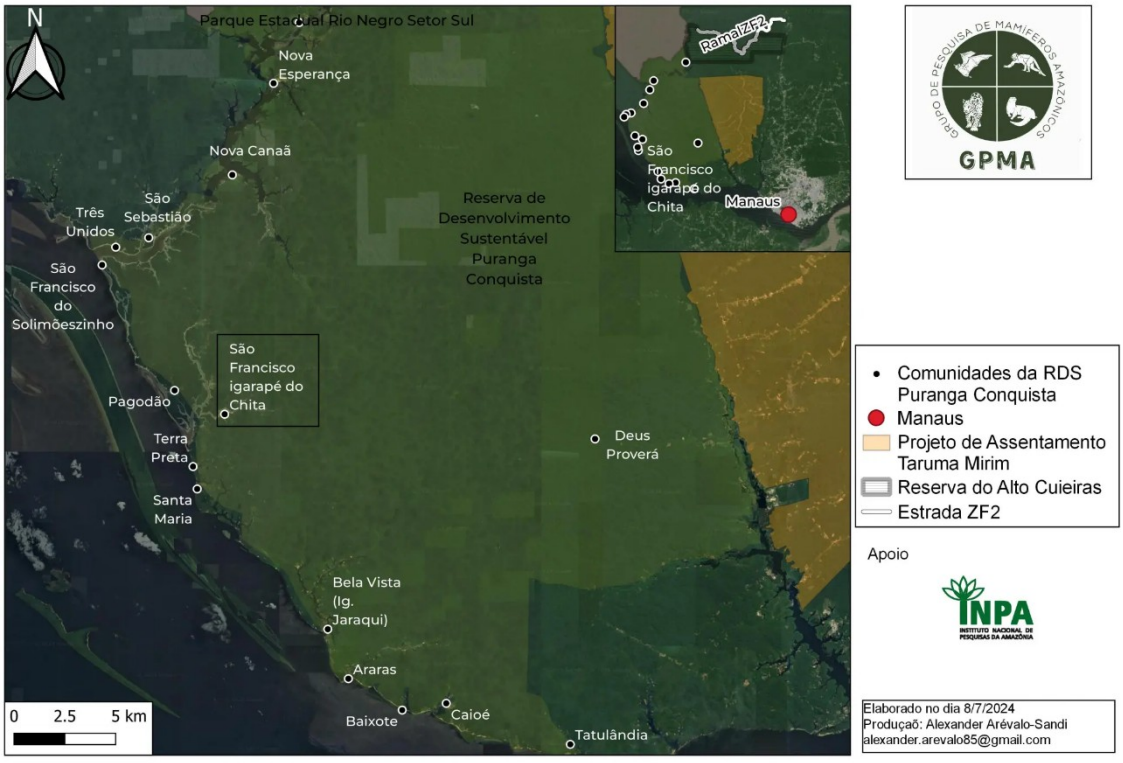


Figura 1 – Localização das comunidades da RDS Puranga Conquista, com destaque para comunidade São Francisco do Igarapé do Chita.
Fonte: Arévalo-Sandi, 2024.

A RDS Puranga Conquista foi criada em 2014 a partir de um processo de reordenamento territorial que envolveu o desmembramento de áreas anteriormente pertencentes ao Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul. Esse processo esteve relacionado às reivindicações territoriais das populações que já ocupavam a região e à necessidade de compatibilizar sua permanência e seus modos de vida com a conservação ambiental (Rodrigues; Campos; Marques, 2022). Atualmente, a RDS possui 17 comunidades e aproximadamente 550 famílias, e seu Plano de Gestão constitui o principal instrumento de ordenamento e gestão do território (SEMA-AM, 2023).

A Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita está inserida na região do rio Cuieiras, cuja rede hidrográfica exerce papel fundamental na mobilidade das populações locais. O deslocamento entre as comunidades dessa região e Manaus ocorre predominantemente por via fluvial, condição que também torna o acesso suscetível às variações sazonais do nível dos rios. Porto e Proença (2019), em estudo desenvolvido na Comunidade Indígena Nova Esperança, também localizada na RDS Puranga Conquista e na região do rio Cuieiras, destacam que os ciclos das águas interferem diretamente nas condições de acesso às comunidades, especialmente durante o período de vazante.

Em relação às características populacionais, o Censo Populacional da RDS Puranga Conquista de 2024, realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), registrou 78 famílias na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, classificada no levantamento como comunidade ribeirinha. Esse quantitativo representa um aumento em relação às 22 famílias identificadas no levantamento anterior, indicando uma ampliação expressiva do número de famílias cadastradas no território.

A paisagem na qual a área de estudo está inserida integra o contexto ambiental do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, caracterizado pela presença de extensa cobertura vegetal amazônica. Análise recente das mudanças de uso e cobertura da terra no Mosaico aponta que a região mantém áreas expressivas de cobertura vegetal, embora apresente dinâmicas simultâneas de desmatamento e regeneração, com diferenças entre os territórios que compõem o Mosaico (Alves, 2026). Essas características

ambientais constituem o contexto no qual foram realizadas as atividades de levantamento de macrofungos previstas nesta pesquisa.

A organização socioespacial da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita e as formas locais de uso do território foram registradas durante as atividades de campo. Foram observadas atividades relacionadas à agricultura familiar, à pesca artesanal, ao extrativismo vegetal e à produção de farinha, além da utilização dos cursos d'água como vias de acesso e circulação. Por se tratar de informações obtidas diretamente durante a pesquisa, esses aspectos são apresentados como dados de caracterização de campo e ilustrados na Figura 2.



Figura 2 - Aspectos da organização socioespacial da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) rio utilizado como principal via de acesso e circulação; (B) rua da comunidade; (C) escola comunitária; e (D) atividade agrícola. Fonte: autor, 2025.

A inserção da comunidade em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável tam bém condiciona as atividades desenvolvidas no território às normas e aos instrumentos de planejamento da Unidade de Conservação. O Plano de Gestão da RDS Puranga Conquista foi elaborado a partir de estudos técnicos conduzidos pelo Instituto de Pesquisas

Ecológicas (IPÊ), em parceria com a SEMA-AM, e submetido a processo participativo com representantes das comunidades. O documento orienta o uso e o manejo dos recursos naturais e estabelece diretrizes para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável da unidade (SEMA-AM, 2023).

O turismo já está presente nas discussões sobre uso e desenvolvimento local na RDS Puranga Conquista. Porto e Proença (2019), ao analisarem o turismo comunitário na Comunidade Indígena Nova Esperança, identificaram relações entre atividade turística, protagonismo comunitário e geração de benefícios locais, ressaltando também a necessidade de planejamento diante de fatores como sazonalidade, acesso e comercialização. A existência de experiências de turismo comunitário em outras localidades da mesma RDS fornece um contexto territorial relevante para a investigação de novas possibilidades de visitação baseadas nos recursos naturais e na participação comunitária, sem pressupor que essas experiências possam ser diretamente reproduzidas na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita.

A escolha da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita como área de estudo considerou sua inserção em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as características ambientais observadas no território e sua adequação às atividades de levantamento de macrofungos previstas na pesquisa. A seleção da área também esteve diretamente relacionada ao objetivo de elaborar e validar, de forma participativa, um roteiro de micoturismo de base comunitária. Dessa forma, a caracterização ambiental e sociocultural da comunidade forneceu o contexto necessário para o desenvolvimento das etapas de campo, sem pressupor previamente a viabilidade ambiental, social ou econômica do micoturismo.

3.2.Delineamento da pesquisa

A coleta de dados foi realizada entre 2025 e 2026, por meio de atividades de campo na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita e da aplicação de instrumentos direcionados a potenciais visitantes e profissionais do setor turístico. Os procedimentos foram organizados de forma complementar e compreenderam revisão bibliográfica e documental, observação participante, levantamento de macrofungos, aplicação de formulários semiestruturados e atividades participativas com moradores da comunidade.

Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica e documental sobre Unidades de Conservação, turismo sustentável, Turismo de Base Comunitária, micoturismo, micodiversidade, bioeconomia e percepção ambiental. Essa etapa subsidiou a construção do referencial teórico, a definição dos procedimentos de campo e a interpretação posterior dos dados produzidos ao longo da pesquisa.

As atividades de campo incluíram observação participante, utilizada para acompanhar aspectos da dinâmica comunitária, das formas de organização local, do uso do território e das atividades desenvolvidas pelos moradores. Os registros produzidos durante essa etapa também contribuíram para a identificação de elementos ambientais e socioculturais considerados posteriormente nas atividades participativas relacionadas à construção do roteiro de micoturismo.

3.2.1. Levantamento e identificação dos macrofungos

O levantamento da micodiversidade foi realizado por meio de caminhadas exploratórias em trilhas utilizadas pela comunidade e em áreas florestais adjacentes. Durante os percursos, os macrofungos encontrados foram observados *in situ*, fotografados e georreferenciados, com registro de características macromorfológicas e informações relacionadas ao substrato de ocorrência. O levantamento considerou procedimentos empregados em inventários de macrofungos em ambientes florestais, nos quais o registro em campo e a caracterização do substrato e do ambiente constituem componentes relevantes para a documentação dos espécimes (Fidalgo; Bononi, 1989; Lodge et al., 2004).

A identificação foi realizada em nível de gênero, mediante análise comparativa das características macromorfológicas observadas em campo, incluindo coloração, forma, textura, características do himênio e substrato de ocorrência. Os registros fotográficos foram confrontados com descrições disponíveis na literatura especializada e com os volumes da Série Mycelia: álbum de cogumelos para micoturismo, especialmente o Volume 2, dedicado à micodiversidade da região da Base Alto Cuieiras, em Manaus (Oliveira et al., 2023), utilizados como materiais auxiliares no processo de reconhecimento dos macrofungos. Durante o levantamento, um espécime registrado em duas trilhas no entorno da comunidade foi coletado, a pedido do comunitário Jovenilson Souza Corrêa, e

encaminhado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para identificação taxonômica especializada.



Figura 3 - Registro de macrofungo coletada em trilhas no entorno da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita para identificação taxonômica.
Fonte: Dra. Célia Soares, 2026.

Os registros obtidos durante o levantamento foram posteriormente considerados na identificação de elementos com potencial para compor atividades de observação e interpretação no roteiro de micoturismo. Essa utilização foi orientada pela perspectiva de associar a observação dos fungos à interpretação ambiental e ao planejamento das experiências propostas, considerando a conservação dos recursos naturais e as características do território (Buckley, 2009; Travassos; Lucena, 2024).

3.2.2. Aplicação dos formulários

Para conhecer o perfil e as percepções dos potenciais visitantes, foi aplicado um formulário semiestruturado, em formato virtual (GoogleForms), contendo questões relacionadas às características dos participantes, ao interesse por turismo de natureza e micoturismo, à percepção sobre os fungos e às expectativas em relação a experiências

turísticas associadas à biodiversidade amazônica. O instrumento reuniu questões fechadas e abertas, possibilitando a obtenção de dados quantitativos e qualitativos (ANEXO X).

A divulgação do formulário destinado aos potenciais visitantes ocorreu por meio de grupos e contatos no WhatsApp, utilizando-se amostragem não probabilística por compartilhamento em cadeia, procedimento aproximado à técnica conhecida como *snowball sampling* ou amostragem em bola de neve. Nessa estratégia, participantes e contatos iniciais contribuíram para a circulação do instrumento em suas próprias redes, ampliando seu alcance. A amostragem em bola de neve é utilizada especialmente quando o recrutamento ocorre por meio das redes de contato dos participantes e novos respondentes são alcançados a partir de indicações sucessivas (Vinuto, 2014).

Buscando incorporar também percepções de visitantes internacionais, o formulário foi disponibilizado a dois grupos de estudantes estrangeiros vinculados à University College London (UCL), introduzidos pelo professor Rafael Chiaravalloti, do Reino Unido, via google form. A participação desses estudantes ocorreu no contexto de uma disciplina universitária que contemplou visitas à região amazônica, proporcionando a oportunidade de consultar indivíduos com diferentes experiências socioculturais e interesses relacionados ao turismo de natureza. A inclusão desses participantes teve caráter complementar, buscando ampliar a diversidade de perfis consultados, sem pretensão de representatividade estatística do mercado turístico internacional.

Para os profissionais do setor turístico, foi adotada amostragem intencional, considerando a experiência e a atuação profissional no turismo em Manaus e municípios do entorno. Foram convidados agentes e guias de turismo com experiência no mercado regional, selecionados a partir de sua atuação profissional e de indicações relacionadas ao segmento. Ao final da coleta, participaram da pesquisa 79 respondentes, sendo 72 potenciais visitantes e sete profissionais do setor turístico. As respostas obtidas foram utilizadas para caracterizar os participantes e analisar interesses, percepções e aspectos relacionados à proposta de micoturismo de base comunitária.

3.2.3. Construção participativa do roteiro de micoturismo

Após as etapas de levantamento de campo e aplicação dos instrumentos, foi realizada uma oficina introdutória sobre micoturismo com moradores da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita. A atividade contemplou a apresentação e discussão de conceitos relacionados ao micoturismo, à conservação ambiental e ao Turismo de Base Comunitária, seguida de momentos de diálogo sobre as características do território e as possibilidades de organização da experiência turística.

Durante a oficina, foram discutidos coletivamente os elementos que poderiam integrar o roteiro, considerando os macrofungos registrados, os ambientes percorridos, os conhecimentos e percepções dos participantes e as condições locais para realização das atividades. A construção participativa contemplou a identificação de possíveis atrativos, experiências e serviços, bem como a discussão inicial do percurso e dos componentes interpretativos a serem incorporados à proposta.

Como atividade complementar, foi desenvolvida uma ação de Educação Ambiental na escola da comunidade com estudantes de 7 a 13 anos. A atividade abordou aspectos relacionados aos fungos, suas funções ecológicas e sua presença nos ecossistemas florestais, buscando aproximar o conteúdo da realidade ambiental vivenciada pelos estudantes.



Figura 4 - Registros das atividades de educação ambiental sobre micoturismo realizadas com estudantes de 7 a 13 anos da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) observação de macrofungo com lupa; (B) prospecção de macrofungos em tronco de árvore; (C) observação de macrofungos em folha de bananeira; e (D) discussão e esclarecimento de dúvidas em sala de aula.
Fonte: Autor, 2026.

A articulação entre o levantamento dos macrofungos, os formulários e as atividades participativas forneceu informações complementares para a elaboração do roteiro preliminar de micoturismo. Dessa forma, a proposta foi construída considerando tanto os elementos ambientais identificados durante o trabalho de campo quanto as contribuições dos participantes envolvidos nas diferentes etapas da pesquisa.

3.3.Análise dos dados

Os dados obtidos foram analisados a partir de abordagem integrada, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos. Os dados quantitativos provenientes dos formulários (apêndice b e c) foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise estatística descritiva, utilizando frequências absolutas, percentuais e análise comparativa entre variáveis relacionadas ao perfil dos participantes e às expectativas sobre o micoturismo de base comunitária.

Os dados qualitativos oriundos da observação participante, das anotações de campo e das contribuições comunitárias foram interpretados por meio de análise de conteúdo temática, buscando identificar categorias relacionadas à conservação ambiental, valorização cultural, potencial turístico, governança comunitária e percepção sobre os fungos e a biodiversidade local.

A triangulação entre diferentes fontes de evidência, observação de campo, formulários, registros fotográficos, inventário preliminar da micodiversidade e construção participativa do roteiro, permitiu ampliar a consistência analítica da pesquisa, conforme proposto por Yin (2018). Essa estratégia favoreceu uma compreensão sistêmica do fenômeno investigado, considerando simultaneamente aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos associados ao micoturismo comunitário.

A partir da integração dessas diferentes estratégias metodológicas, foi possível estruturar um percurso investigativo que articulou revisão bibliográfica, atividades de campo, levantamento da micodiversidade, participação comunitária, aplicação de formulários e análise integrada dos dados. Essa organização metodológica buscou assegurar a triangulação das evidências e a construção de um processo de pesquisa coerente com os objetivos do estudo e com os princípios do turismo de base comunitária.

Com o propósito de sintetizar o percurso metodológico, a Figura 5 apresenta as principais etapas da investigação, desde o delineamento e a coleta de dados até os procedimentos de análise e a elaboração do produto técnico. O fluxograma evidencia a articulação entre os instrumentos empregados e as etapas desenvolvidas para a construção da proposta de micoturismo de base comunitária na Comunidade São Francisco do Igarapé.



Figura 5 - Fluxograma metodológico da pesquisa para estruturação do micoturismo comunitário na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, RDS Puranga Conquista, Amazonas.
Fonte: Gerada por inteligência artificial (ChatGPT, OpenAI), 2026.

As representações gráficas utilizadas para sintetizar o percurso metodológico e apresentar o produto técnico foram elaboradas pelo autor com apoio da ferramenta Chat-GPT, desenvolvida pela OpenAI, empregada como recurso auxiliar para a organização visual das informações. A definição do conteúdo científico, a estrutura metodológica, a interpretação dos dados e a revisão final dos materiais permaneceram sob responsabilidade do autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1.Perfil dos potenciais visitantes e profissionais do turismo

Participaram da pesquisa 79 respondentes, dos quais 49 eram turistas nacionais (62,0%), 23 turistas internacionais (29,1%) e sete agentes ou guias de turismo (8,9%). A composição da amostra possibilitou reunir percepções de potenciais consumidores da experiência e de profissionais envolvidos na comercialização e na operação de produtos turísticos na Amazônia, permitindo examinar convergências e diferenças relacionadas ao interesse pelo micoturismo, às expectativas de visitação e às condições consideradas relevantes para sua estruturação. A distribuição dos participantes entre os três grupos é apresentada na Figura 6.

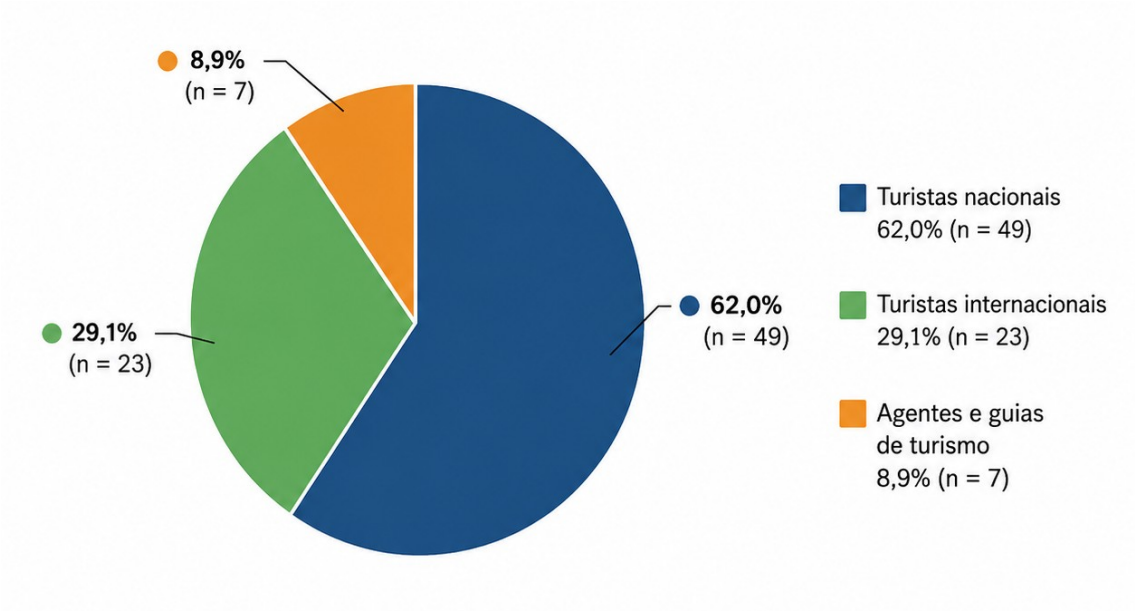


Figura 6 - Distribuição dos participantes por grupo de respondentes (n = 79).
Fonte: Autor, 2026.

Entre os potenciais visitantes, observou-se maior concentração na faixa etária de 25 a 34 anos (40,3%), seguida pelas faixas de 45 a 54 anos (20,8%) e de 35 a 44 anos (19,4%). A procedência dos participantes foi diversificada, abrangendo residentes de diferentes estados brasileiros, com maior presença da região Norte, além de respondentes estrangeiros provenientes da Europa e da América do Norte. Esse conjunto não permite generalizar o perfil do mercado consumidor de micoturismo, mas demonstra que

a proposta despertou interesse entre participantes de diferentes origens geográficas (figura 7).

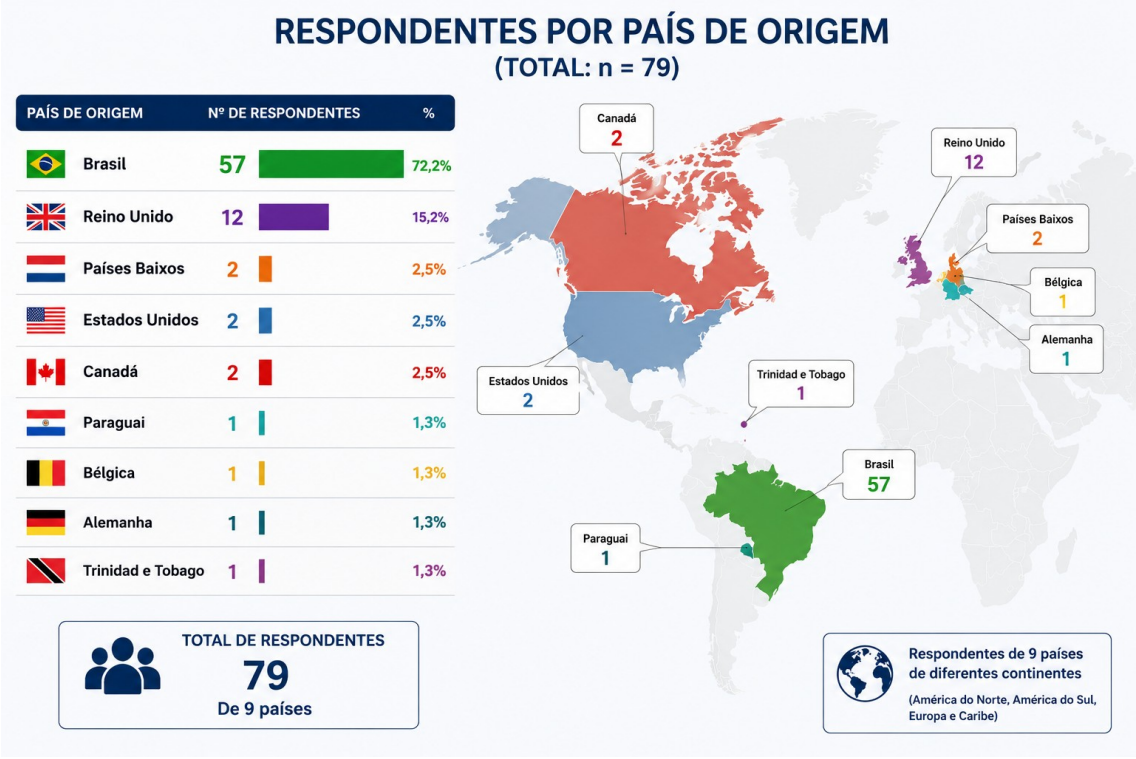


Figura 7 - Distribuição geográfica dos respondentes da pesquisa.
Fonte: Autor, 2026.

Os dados de escolaridade, preferências turísticas e experiências anteriores indicaram maior aproximação dos respondentes com atividades relacionadas ao turismo de natureza, ao ecoturismo, à cultura e à aprendizagem. Nas respostas abertas, apareceram referências a novas experiências, aventura, conhecimento, biodiversidade, sustentabilidade, autenticidade e contato com comunidades. Em conjunto, esses elementos sugerem afinidade entre parte do público consultado e uma experiência turística de caráter interpretativo, educativo e comunitário, sem que essa associação deva ser entendida como representativa de todos os visitantes da Amazônia. A síntese dessas características e de sua relação com a proposta de micoturismo é apresentada na Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil integrado dos respondentes e potencial de inserção no micoturismo de base comunitária.

Variáveis Integradas	**Evidências Quantitativas**	**Evidências Qualitativas**	**Interpretação Analítica**
Faixa etária predominante	Maior concentração entre 25–34 anos	Interesse por “novas experiências”, “aventura”, “aprendizado” e “vivências imersivas”	O micoturismo dialoga especialmente com públicos adultos jovens, abertos ao

			turismo experiencial e educativo.
Escolaridade	Predomínio de pós-graduação entre nacionais e internacionais	Interesse em biodiversidade, etnoconhecimento, sustentabilidade e ciência	O elevado nível educacional favorece receptividade a experiências interpretativas e científicas.
Perfil turístico	Predominância de turismo de natureza, ecoturismo e turismo cultural	Relatos sobre conexão com floresta, autenticidade e experiências comunitárias	O micoturismo encontra aderência em segmentos já consolidados do turismo sustentável.
Relação com Unidades de Conservação	Maioria já visitou áreas protegidas	Familiaridade com ecoturismo e conservação ambiental	A experiência prévia reduz barreiras de aceitação do produto turístico.

Fonte: Autor, 2026.

Embora o termo “micoturismo” fosse pouco conhecido por parcela expressiva dos participantes, o desconhecimento conceitual não se traduziu, necessariamente, em rejeição. As respostas abertas, como “nunca ouvi falar”, “parece interessante” e “gostaria de aprender”, mostram que a novidade da proposta foi acompanhada por curiosidade. Esse resultado é relevante porque indica que a comunicação do produto deverá apresentar de forma clara o que é o micoturismo, quais atividades compõem a experiência e quais cuidados ambientais e de segurança orientam a visita.

A interpretação ambiental apareceu, portanto, como componente central para aproximar visitantes de um grupo de organismos ainda pouco familiar ao público. Esse achado dialoga com a perspectiva de Carvalho (2012) e Sauvé (2005), segundo a qual processos educativos em ambientes naturais ganham significado quando articulam informação, experiência e reflexão. No caso desta pesquisa, o interesse manifestado em aprender sobre fungos reforça a necessidade de que a condução turística não se limite à localização de espécimes, mas contextualize funções ecológicas, formas de ocorrência e relações com a floresta e com os conhecimentos locais como pode ser observado na Quadro 2.

Quadro 2 - Conhecimento sobre micoturismo × interesse em participar da experiência.

Aspectos Cruzados	**Indicadores Quantitativos**	**Evidências Narrativas**	**Análise Integrada**
Familiaridade com o termo “micoturismo”	Grande parte declarou pouco ou nenhum conhecimento prévio	“Precisaria entender melhor o tema”; “Nunca ouvi falar”; “Parece interessante”	O desconhecimento conceitual não representa rejeição, mas uma lacuna informacional.
Interesse potencial	Predominância de interesse moderado e alto	“Os fungos são fascinantes”; “Seria um mundo novo”; “Gostaria	Existe predisposição à participação quando o conceito é contextualizado.

		de aprender”	
Motivadores da participação	Interesse em natureza, ciência e cultura	Busca por autenticidade, conhecimento local e experiências únicas	O micoturismo possui potencial híbrido entre educação ambiental e experiência cultural.
Papel da interpretação ambiental	Necessidade de mediação interpretativa	Importância de guias locais e explicações acessíveis	A interpretação ambiental surge como eixo estruturante da experiência turística.

Fonte: Autor, 2026.

Além do interesse pelos fungos, os participantes destacaram a importância da segurança, da autenticidade das experiências, da qualidade da condução das atividades, do respeito à cultura local e do compromisso socioambiental. Por outro lado, foram identificadas preocupações relacionadas às condições de acesso, à infraestrutura, à segurança alimentar e à possibilidade de exploração cultural, especialmente quando práticas e manifestações comunitárias são adaptadas ou apresentadas exclusivamente para atender às expectativas dos turistas, sem considerar seus significados e sua importância para os moradores. Conforme apresentado na Quadro 3, esses aspectos indicam que a atratividade do micoturismo não está associada apenas à presença de macrofungos, mas também às condições necessárias para proporcionar uma experiência segura, educativa e respeitosa. Nesse contexto, a participação dos moradores no planejamento e na condução das atividades constitui um elemento importante para assegurar que a experiência turística valorize os conhecimentos, as práticas culturais e as características do território.

Quadro 3 - Fatores de atratividade × barreiras percebidas pelos visitantes.

Elementos de Atratividade	**Preocupações Associadas**	**Relação Analítica**
Contato com a natureza	Logística e deslocamento	O interesse pela floresta amazônica depende de acessibilidade mínima e organização do roteiro.
Vivência comunitária	Medo de exploração cultural	Os visitantes valorizam experiências reais, mas rejeitam práticas artificializadas ou predatórias.
Gastronomia e experimentação	Segurança alimentar e conforto	A experiência gastronômica precisa estar associada à confiança sanitária e infraestrutura básica.
Aprendizado sobre fungos	Falta de informação prévia	O conteúdo educativo influencia diretamente a decisão de participação.
Autenticidade da experiência	Turismo “encenado”	O protagonismo comunitário aparece como requisito central de legitimidade.

Fonte: Autor, 2026.

A comparação entre as expectativas dos potenciais visitantes e as percepções dos profissionais do turismo revelou pontos de convergência relacionados à presença de condutores locais, à organização dos roteiros, à capacitação interpretativa, à infraestrutura

básica, à segurança e ao controle dos impactos da visitação (quadro 4). Esses elementos são coerentes com os princípios do turismo de base comunitária discutidos por Irving (2009) e Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), sobretudo no que se refere à participação local, à apropriação dos benefícios e à inserção do turismo de acordo com as características do território.

Quadro 4 - Convergências entre oferta comunitária e expectativas da demanda.

Expectativas dos Turistas	**Necessidades Apontadas pelos Agentes**	**Convergência Observada**
Guias locais e compartilhamento de saberes	Capacitação interpretativa	Necessidade de formação comunitária em condução turística e interpretação ambiental.
Experiência autêntica e imersiva	Organização dos roteiros e sazonalidade	Planejamento territorial é essencial para qualidade da experiência.
Respeito à cultura local	Participação comunitária nas decisões	Governança participativa fortalece legitimidade do produto turístico.
Segurança e transparência	Estrutura mínima de apoio	Infraestrutura básica influencia diretamente confiança e adesão dos visitantes.
Sustentabilidade socioambiental	Controle de impactos e ordenamento	O micoturismo depende de manejo responsável e limites de visitação.

Fonte: Autor,2026.

A dimensão econômica também foi considerada na análise das respostas. Os participantes demonstraram maior preferência pelas faixas intermediárias de preço apresentadas (de R$ 300,00 a R$ 500,00), bem como por experiências de curta duração, especialmente de um a dois dias. Entre os respondentes internacionais, observou-se interesse por componentes relacionados à responsabilidade socioambiental, enquanto aspectos como exclusividade, aprendizagem e imersão também foram valorizados pelos participantes**.** A relação entre essas preferências e suas implicações para a estruturação da experiência micoturística é apresentada na Quadro 5.

Esses resultados contribuíram para orientar a definição das modalidades propostas no produto técnico, particularmente quanto à duração, aos componentes da experiência e à estrutura preliminar de preços no Quadro 6. Contudo, por se tratar de uma investigação exploratória, tais achados devem ser compreendidos como indicadores de interesse e demanda potencial**,** não constituindo, isoladamente, evidência suficiente para comprovar a viabilidade econômica da atividade.

Quadro 5 - Relação entre consumo turístico e viabilidade econômica do micoturismo.

Variáveis Econômicas	**Evidências Observadas**	**Implicações para o Produto**

Disposição de pagamento	Predominância de valores intermediários	O produto deve equilibrar acessibilidade e qualidade da experiência.
Interesse em roteiros curtos	Preferência por 1 a 2 dias	Favorece roteiros-piloto e experiências de curta permanência.
Público internacional	Maior sensibilidade ética e ambiental	Potencial de nicho internacional voltado ao turismo sustentável.
Busca por exclusividade	Valorização de experiências únicas	O micoturismo pode se posicionar como turismo especializado e de baixo impacto.
Interesse em experiências educativas	Busca por aprendizado e imersão	Possibilidade de integrar educação ambiental, ciência cidadã e turismo comunitário.

Fonte: Autor, 2026.

Quadro 6 - Pacote completo (guia + barco local + hospedagem).

Número de turistas	Valor por turista (R$)	Desconto em relação a R$ 770	Desconto (%)
Até 2 turistas	770,00	-	-
Até 4 turistas	440,00	330,00	42,86%
Até 6 turistas	420,00	350,00	45,45%
Até 10 turistas	370,00	400,00	51,95%

Em síntese, os formulários apontam uma demanda potencial interessada em experiências que combinem biodiversidade, aprendizagem, vivência comunitária e responsabilidade socioambiental. Ao mesmo tempo, evidenciam condicionantes relacionados à comunicação do conceito, à segurança, à logística, à infraestrutura e à governança. Esses resultados orientaram as etapas seguintes da pesquisa, especialmente a seleção dos atrativos, a construção participativa do roteiro e a definição das condições iniciais de operação.

4.2.Inventário preliminar da micodiversidade e potencial interpretativo

As caminhadas exploratórias realizadas na área de estudo possibilitaram o reconhecimento de uma variedade de macrofungos ao longo dos percursos avaliados, com registros atribuídos preliminarmente a 30 gêneros (Quadro 6). O levantamento teve caráter exploratório e aplicado à estruturação do micoturismo, não configurando um inventário taxonômico exaustivo da micobiota local. Sua principal contribuição consistiu na identificação de recursos fúngicos com potencial para compor atividades de observação, interpretação ambiental e educação para a conservação. Nesse sentido, os resultados

representam uma etapa inicial para avaliar as possibilidades de utilização da diversidade fúngica como elemento de atratividade turística na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, considerando os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC).

O levantamento foi realizado por meio de caminhadas exploratórias em trilhas localizadas no entorno da comunidade, com esforço de campo correspondente a 3 visitas em cada uma das duas trilhas terrestres escolhidas, em distância media de 1 km em pouco mais de uma hora. A descrição desse esforço é importante para contextualizar os resultados, uma vez que a detecção de macrofungos depende de fatores como período de amostragem, condições ambientais, características dos substratos e tempo dedicado à observação. Lodge et al. (2004) destacam que a ocorrência de estruturas reprodutivas dos macrofungos apresenta variações espaciais e temporais, influenciadas especialmente pelas condições climáticas e pela disponibilidade de substratos. Dessa forma, os 30 gêneros registrados representam a diversidade reconhecida nas condições em que o levantamento foi realizado, não sendo possível interpretá-los como a totalidade dos gêneros presentes no território.

A diversidade observada compreendeu macrofungos com diferentes formas, cores, texturas e substratos de ocorrência, características que ampliam as possibilidades de abordagem durante as caminhadas interpretativas. A variedade morfológica das estruturas reprodutivas constitui um recurso visual que pode despertar a curiosidade dos visitantes e favorecer sua aproximação com organismos frequentemente pouco reconhecidos durante experiências convencionais de turismo de natureza. A Figura 8 exemplifica essa diversidade, evidenciando características que podem ser exploradas durante atividades de observação e interpretação ambiental. Entretanto, a atratividade turística não deve ser associada exclusivamente ao número de gêneros identificados, pois também depende da visibilidade dos organismos, da facilidade de observação, da qualidade das informações apresentadas e da experiência proporcionada aos visitantes.



Figura 8 - Diversidade de formas de estruturas reprodutivas de macrofungos.
Fonte: Adaptado de Timm (2021, p. 384).

Nesse contexto, os registros obtidos apresentam possibilidades distintas de utilização turística. Macrofungos com colorações contrastantes, formatos diferenciados ou estruturas reprodutivas facilmente observáveis podem funcionar como elementos de interesse visual durante as caminhadas. Por outro lado, organismos menos conspícuos podem contribuir para atividades que estimulem a observação detalhada do ambiente, permitindo aos visitantes reconhecer aspectos da biodiversidade que normalmente passam despercebidos. Essa abordagem dialoga com Ham (2013), que compreende a interpretação ambiental como um processo de comunicação voltado à construção de significados e conexões entre os visitantes e os recursos interpretados. Assim, o potencial turístico dos macrofungos não reside apenas em suas características biológicas, mas também na capacidade de transformar sua observação em uma experiência educativa e significativa.

A relação entre a diversidade fúngica e a atratividade turística também deve considerar as características da demanda. Embora o registro de 30 gêneros indique a existência de recursos com potencial interpretativo, esse resultado, isoladamente, não permite afirmar que a diversidade identificada seja suficiente para motivar deslocamentos turísticos ou justificar economicamente a implantação de um roteiro. Para essa avaliação, é necessário relacionar os resultados do levantamento às percepções dos potenciais visitantes, especialmente quanto ao interesse por experiências de observação da natureza, aprendizagem sobre fungos e contato com a biodiversidade amazônica. Dessa forma, a análise conjunta dos dados biológicos e das informações obtidas nos formulários poderá

contribuir para compreender em que medida a micodiversidade identificada corresponde aos interesses do público consultado.

Para fins interpretativos, também foram considerados outros elementos relacionados ao universo fúngico passíveis de observação no território, como o micélio, as associações liquênicas e registros de bioluminescência fúngica (Figura 9). A incorporação desses elementos amplia as possibilidades educativas para além da observação dos corpos de frutificação mais conspícuos, permitindo abordar diferentes formas de ocorrência dos fungos e suas relações com o ambiente. A bioluminescência, em particular, apresenta potencial para despertar a curiosidade dos visitantes por representar um fenômeno biológico visualmente singular. Entretanto, sua eventual incorporação ao roteiro dependerá da confirmação das condições de ocorrência, da possibilidade de observação e da avaliação dos riscos associados às atividades noturnas.



Figura 9 - Diferentes formas de ocorrência e visualização de fungos: (A) líquen; (B) micélio, constituído por uma rede de hifas; e (C) bioluminescência fúngica.
Fonte: autor, 2026.

Do ponto de vista educativo, a relevância do levantamento não se restringe ao número de táxons reconhecidos, mas também às possibilidades de utilizar os registros como elementos de interpretação dos processos ecológicos da floresta. A observação de macrofungos em diferentes substratos permite abordar temas como decomposição da matéria orgânica, ciclagem de nutrientes, diversidade morfológica e interações ecológicas. Essa perspectiva aproxima o levantamento da dimensão educativa do micoturismo, na medida em que transforma os organismos encontrados em recursos capazes de estimular a observação, a curiosidade e a compreensão dos processos ecológicos. Essa abordagem é compatível com a compreensão da Educação Ambiental como processo que articula conhecimento, experiência e reflexão sobre as relações estabelecidas com o ambiente (Jacobi, 2003; Loureiro, 2012; Sauvé, 2005).

A identificação realizada durante as atividades de campo ocorreu predominantemente em nível de gênero, com base na observação de caracteres macromorfológicos e na comparação com guias ilustrados e literatura especializada. Por essa razão, os registros devem ser compreendidos como um levantamento preliminar destinado ao reconhecimento da micodiversidade com potencial interpretativo, e não como confirmação taxonômica definitiva de todos os organismos observados. Os táxons reconhecidos, suas principais características e as possibilidades de utilização no contexto interpretativo do micoturismo estão sistematizados na Quadro 6. Os registros também foram organizados em um catálogo fotográfico, apresentado no Apêndice A, reunindo imagens dos macrofungos encontrados nos percursos investigados. Esse material complementa os resultados ao documentar a diversidade de formas, cores e substratos observados, podendo subsidiar a elaboração de materiais educativos e instrumentos de apoio à condução das atividades.

Quadro 7 - Gêneros de macrofungos identificados no inventário preliminar realizado na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, RDS Puranga Conquista, Amazonas.

Gênero (ou espécie)	**Autor do táxon**	**Ano**	**Características principais**	**Potencial ou uso**	**Importância ecológica e turística**
Amauroderma	Murrill	1905	Basidiomas coriáceos, estipitados, poros inferiores	Medicinal, biotecnologia	Decomposição da madeira e interpretação ecológica
Auricularia	Bulliard ex Jussieu	1789	Basidiomas gelatinosos em forma de orelha	Alimentício, medicinal e cultivo	Espécie atrativa ao micoturismo gastronômico e educação ambiental
Camillea	Fr.	1849	Ascomicetos negros, estromáticos	Indicador ambiental	Demonstra diversidade de fungos decompositores
Clavaria	Vaillant ex L.	1753	Basidiomas claviformes ou ramificados	Educação ambiental	Elevado valor estético para interpretação da biodiversidade
Clitocybula	Singer ex Métrod	1952	Cogumelos pequenos, lamelados	Científico	Indicador da ciclagem da serrapilheira
Collybiopsis	Earle	1909	Pequenos agaricais decompositores	Científico	Reciclagem de matéria orgânica e interpretação ecológica
Cookeina	Kuntze	1891	Ascomas em forma de taça, coloração intensa	Alimentício em algumas regiões e ornamental	Um dos principais atrativos visuais do micoturismo amazônico
Cyathus	Haller	1768	"Ninhos de pássaro" contendo peridíolos	Educação ambiental	Excelente espécie para atividades interpretativas
Dacryopinax	G.W. Martin	1948	Basidiomas gelatinosos amarelos ou	Biotecnologia	Diversidade morfológica e interpretação ecológica

			alaranjados		
Daedalea	Pers.	1801	Poroides formando labirintos	Medicinal e científico	Decomposição de madeira e observação em trilhas
Entoloma	P. Kumm.	1871	Lamelas rosadas e esporos angulares	Científico	Importante componente da diversidade fúngica
Favolus	Fr.	1838	Basidiomas com grandes poros hexagonais	Alimentício em algumas espécies	Muito atrativo para fotografia de natureza
Ganoderma	P. Karst.	1881	Basidiomas lenhosos envernizados	Medicinal, biotecnologia	Espécie emblemática em trilhas interpretativas
Geastrum	Pers.	1794	"Estrelas-da-terra"	Educação ambiental	Alto valor estético para visitantes
Gymnopus	Gray	1821	Pequenos agaricais da serrapilheira	Científico	Reciclagem de nutrientes
Hexagonia	Pollini	1816	Poliporos de poros hexagonais	Biotecnologia	Decomposição de madeira morta
Hygrocybe	Fr.	1821	Cogumelos coloridos, cerosos	Educação ambiental	Grande apelo visual ao ecoturismo
Kretzschmaria	Fr.	1849	Estromas negros carbonáceos	Científico	Decomposição e reciclagem de nutrientes
Lentinus	Fr.	1825	Lamelas serrilhadas e consistência firme	Alimentício, cultivo e pesquisa	Potencial gastronômico e turístico
Marasmiellus	Murrill	1915	Pequenos decompositores	Científico	Ciclagem da serrapilheira
Marasmius	Fr.	1836	Basidiomas resistentes ao ressecamento	Científico e educativo	Espécies abundantes em trilhas amazônicas
Mycena	Pers.	1794	Pequenos agaricais delicados	Científico	Algumas espécies apresentam bioluminescência, aumentando o potencial do micoturismo noturno
Oudemansiella	Speg.	1881	Cogumelos viscosos e robustos	Alimentício	Interesse gastronômico e científico
Phallus	Junius ex L.	1753	Basidiomas faloides e odor intenso	Educação ambiental	Grande curiosidade dos visitantes
Pleurotus	Fr.	1836	Cogumelos em forma de ostra	Alimentício, cultivo e bioeconomia	Alto potencial para geração de renda comunitária
Pycnoporus	P. Karst.	1881	Poliporos alaranjados	Produção de enzimas e biotecnologia	Educação ambiental sobre decomposição
Ramariopsis	Donk	1933	Cogumelos coraliformes	Educação ambiental	Elevado valor paisagístico
Schizophyllum	Fr.	1815	Lamelas divididas longitudinalmente	Medicinal, biotecnologia	Muito frequente em madeira morta e facilmente observado
Tremella	Pers.	1794	Basidiomas gelatinosos	Medicinal, cosmético	Demonstra diversidade funcional dos fungos
Cantharellus guyanensis (espécie)	Mont.	1854	Cogumelo ectomicorrízico amarelo, associado principalmente	Alimentício de alto valor gastronômico	Espécie símbolo do micoturismo gastronômico amazônico, com elevado

			a campinas e campinaranas amazônicas		potencial para observação, educação ambiental e valorização da sociobiodiversidade

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Index Fungorum, MycoBank, Flora e Funga do Brasil, *Série Mycelia* (Volumes 1, 2 e 3), Vargas-Isla et al., Ishikawa et al., Hawksworth e Lücking (2017), Lodge et al. (2004) e literatura taxonômica especializada.

A contribuição do levantamento para o TBC está relacionada à possibilidade de transformar os recursos fúngicos identificados em elementos de valorização do território, por meio de experiências planejadas e conduzidas com participação comunitária. Nesse modelo, a diversidade de macrofungos não deve ser compreendida apenas como um atrativo natural a ser apresentado aos visitantes, mas como um recurso que pode contribuir para a construção de atividades educativas, para a valorização dos conhecimentos locais e para a diversificação das experiências turísticas. Bello, Carr e Lovelock (2016) ressaltam que a participação comunitária no planejamento turístico em áreas protegidas precisa ocorrer de maneira efetiva, permitindo que as populações locais influenciem as decisões relacionadas ao desenvolvimento da atividade. Assim, a definição dos organismos e dos ambientes que integrarão o roteiro deverá considerar não apenas critérios ecológicos e turísticos, mas também os interesses, as percepções e as decisões dos moradores.

A participação comunitária também poderá contribuir para a identificação de informações relacionadas à ocorrência dos fungos, às características das trilhas e às transformações ambientais percebidas ao longo do ano. O diálogo entre conhecimentos locais e informações científicas poderá favorecer a elaboração de conteúdos interpretativos contextualizados, desde que os saberes compartilhados sejam reconhecidos e utilizados mediante concordância de seus detentores. Essa articulação é particularmente importante para evitar que a diversidade fúngica seja apresentada de forma desvinculada das relações sociais e ambientais que caracterizam o território. Além disso, a participação dos moradores na construção e na eventual condução das atividades poderá contribuir para identificar oportunidades de capacitação e prestação de serviços turísticos, sem pressupor que esses benefícios ocorrerão automaticamente.

Do ponto de vista econômico, a diversidade identificada pode representar uma oportunidade para a criação de experiências diferenciadas de turismo de natureza, especialmente por meio de caminhadas interpretativas, atividades de educação ambiental e produção de materiais informativos. Entretanto, a existência desses recursos não assegura a viabilidade comercial do micoturismo. Sua eventual contribuição para a geração de renda dependerá de fatores como demanda, custos operacionais, condições de acesso, infraestrutura, capacitação dos condutores e formas de organização comunitária. Dessa forma, os resultados do levantamento devem ser compreendidos como uma base para o planejamento e a avaliação do potencial turístico, e não como evidência de retorno econômico já estabelecido.

Outro aspecto relevante refere-se à sazonalidade dos macrofungos, que pode influenciar diretamente a regularidade das experiências propostas. Lodge et al. (2004) destacam que a formação das estruturas reprodutivas está relacionada às condições climáticas e que diferentes espécies apresentam padrões próprios de frutificação. Portanto, a diversidade registrada durante as caminhadas não garante que os mesmos organismos possam ser observados em todos os períodos do ano. Essa condição representa um desafio para o planejamento do micoturismo, especialmente em um território amazônico sujeito a variações sazonais de precipitação e umidade. A estruturação de um roteiro deverá considerar essa imprevisibilidade, evitando estabelecer expectativas de observação de determinados macrofungos sem informações suficientes sobre sua ocorrência ao longo do tempo.

Uma possibilidade para reduzir a dependência da presença de estruturas reprodutivas durante as visitas consiste em organizar a experiência turística a partir de diferentes temas interpretativos. Além da observação direta dos macrofungos, o roteiro poderá abordar a decomposição da madeira, as interações entre fungos e plantas, a importância dos organismos para a manutenção dos ecossistemas e os conhecimentos locais relacionados à biodiversidade. O catálogo fotográfico produzido durante o levantamento também poderá auxiliar na apresentação de organismos que não estejam visíveis no momento da visita. Essa estratégia não substitui a experiência de campo, mas permite ampliar as oportunidades de aprendizagem e diversificar os conteúdos apresentados aos visitantes.

A discussão sobre os usos alimentícios, medicinais e biotecnológicos dos fungos também pode enriquecer as atividades interpretativas, desde que sejam respeitados os limites do conhecimento taxonômico disponível. A identificação preliminar em nível de gênero não permite determinar a comestibilidade ou a segurança de consumo dos espécimes encontrados, uma vez que diferentes espécies de um mesmo gênero podem apresentar características e propriedades distintas. Dessa forma, informações sobre usos tradicionais, aplicações científicas e possibilidades econômicas poderão integrar os conteúdos educativos como temas de discussão, sem que isso implique recomendar a coleta ou o consumo dos organismos registrados. Qualquer proposta futura de utilização gastronômica dependerá de identificação taxonômica confiável, avaliação sanitária e autorização pertinente, além da concordância da comunidade e da compatibilidade com as normas da Unidade de Conservação.

Diante desses aspectos, o registro preliminar de 30 gêneros de macrofungos representa um resultado relevante para a pesquisa, sobretudo por fornecer informações iniciais sobre os recursos fúngicos que poderão subsidiar a construção participativa de um roteiro de micoturismo. Sua contribuição não está apenas no quantitativo identificado, mas nas possibilidades de relacionar diversidade biológica, interpretação ambiental, educação para a conservação e participação comunitária. Entretanto, a efetiva atratividade desses recursos e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável dependerão da articulação entre os resultados do levantamento, os interesses dos potenciais visitantes e as condições sociais e operacionais da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita. Nesse sentido, o inventário constitui uma etapa de reconhecimento e planejamento, cujos resultados poderão subsidiar a avaliação da pertinência do micoturismo de base comunitária na RDS Puranga Conquista.

4.3. *Cantharellus guyanensis*: registro, validação e implicações para o micoturismo

Entre os registros obtidos durante o monitoramento, destacou-se um macrofungo encontrado de forma recorrente em duas trilhas no entorno da comunidade. A pedido do comunitário Jovenilson Souza Corrêa, um exemplar foi coletado e encaminhado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para identificação taxonômica, seguindo

os procedimentos adotados no âmbito da pesquisa. A análise especializada confirmou o material como *Cantharellus guyanensis*. Esse procedimento diferenciou esse registro dos demais táxons reconhecidos preliminarmente em campo e forneceu maior segurança para sua discussão no contexto do micoturismo.

As observações de campo registraram a ocorrência da espécie durante o período chuvoso, em microambientes caracterizados por solo arenoso, presença de serrapilheira e cobertura florestal. A recorrência em pontos específicos sugere importância da dimensão espacial para o monitoramento, mas os dados obtidos não são suficientes para estabelecer, isoladamente, um padrão fenológico definitivo para a espécie na área estudada.

A literatura disponível para o Escudo das Guianas descreve *C. guyanensis* em associação com ambientes florestais e plantas ectomicorrízicas e registra ocorrência em diferentes localidades da região (Henkel et al., 2014). A frutificação de fungos ectomicorrízicos tropicais pode responder a condições de precipitação, umidade e características microambientais, de modo que a disponibilidade de basidiomas ao longo do ano não deve ser tratada como garantida (Lodge et al., 2004; Smith et al., 2011). Para o planejamento turístico, essa característica exige comunicação transparente: a experiência deve ser estruturada em torno da diversidade fúngica e dos processos ecológicos, e não da promessa de observação de uma espécie específica.

A confirmação de *C. guyanensis* também introduz uma dimensão gastronômica potencial ao produto. Contudo, a comestibilidade de um táxon não autoriza sua oferta automática aos visitantes. A eventual incorporação culinária deverá ser precedida de protocolos de identificação segura, avaliação das condições sanitárias, definição de critérios de coleta e análise da compatibilidade com as normas da Unidade de Conservação. Dessa forma, o registro deve ser compreendido, nesta etapa, principalmente como recurso científico, educativo e interpretativo, com possibilidade de desenvolvimento gastronômico futuro sob condições controladas.

O achado evidencia ainda a importância da participação comunitária na produção do conhecimento aplicado ao território. A iniciativa de encaminhar o material para confirmação taxonômica partiu de uma demanda surgida no diálogo com um morador, articulando observação local e validação científica. Essa interação exemplifica o caráter partici-

pativo pretendido pela pesquisa e reforça que o produto turístico não se restringe à presença de fungos, mas depende da construção conjunta de conhecimentos, regras de uso e formas de interpretação.

5. PRODUTO TÉCNICO: PROPOSTA DE ROTEIRO DE MICOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O produto técnico resultante da pesquisa consiste em uma proposta de roteiro de micoturismo de base comunitária para a Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita. Sua formulação sintetiza os resultados do levantamento preliminar da micodiversidade, das consultas aos potenciais visitantes e profissionais do turismo, da observação de campo e das atividades participativas realizadas com moradores.

A proposta foi estruturada em três modalidades de duração e articula observação de macrofungos, interpretação ambiental, percursos terrestres e aquáticos, alimentação regional e vivências comunitárias. A organização segue a lógica de roteirização turística como processo de articulação entre atrativos, serviços, infraestrutura e identidade territorial (BRASIL, 2007), incorporando, simultaneamente, princípios do turismo de base comunitária relacionados ao protagonismo local e à distribuição de benefícios (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Por se tratar de um produto derivado de pesquisa aplicada, sua implementação de verá ocorrer de forma gradual e adaptativa. Os roteiros apresentados não constituem uma oferta comercial imutável: horários, atividades, número de visitantes, preços e percursos devem ser revistos periodicamente de acordo com a sazonalidade, as condições ambientais, a disponibilidade das famílias, os custos operacionais, as normas da Unidade de Conservação e os resultados do monitoramento.

5.1. Estrutura e Logística

O acesso à Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita ocorre predominante mente por via fluvial a partir de Manaus. No período do levantamento, havia opções de deslocamento por embarcações regionais e lanchas rápidas, conhecidas localmente

como expressos. Os horários e valores registrados representam as condições observadas em 2026 e, por serem informações operacionais sujeitas a alteração, deverão ser confirmados antes da comercialização de qualquer roteiro (Quadro 7).

Quadro 8 - Horários das embarcações, saindo da Balsa Verde em Manaus, para a RDS Puranga Conquista.

Dia	**Horários ida/volta**	**embarcação**
Segunda-feira	*12:00 / 15:30*	*Expresso*
Terça-feira	*10:00 / sem volta*	*Barco regional*
Quarta-feira	*10:00 / 08 e 18:00*	*Barco regional*
Quinta-feira	*18:00 / 12:00*	*Barco regional*
Sexta-feira	*10 e 10:30 / 15:30*	*Expresso e Barco regional*
Sábado	*08:00 / sem volta*	*Expresso*
Domingo	*Sem ida / 06 e 12:00*	*Expresso e Barco regional*

Fonte: Autor, 2026.

O tempo de deslocamento observado foi de aproximadamente quatro horas em barco regional e duas horas em lancha rápida. Em 23 de junho de 2026, foi registrado valor de R$ 60,00 para o transporte consultado. A existência de diferentes modalidades de embarcação favorece a organização de experiências de curta permanência, mas a logística deve considerar compatibilidade entre horários de chegada e saída, condições de navegação e duração efetiva das atividades.

Quanto à infraestrutura local, foram identificados fornecimento de energia elétrica, grupo gerador comunitário, acesso à internet e espaços que podem apoiar a recepção e a alimentação de pequenos grupos. Esses recursos constituem uma base inicial para a operação, embora a consolidação da atividade demande avaliação contínua das condições de hospedagem, saneamento, comunicação, segurança, equipamentos e capacidade de atendimento.

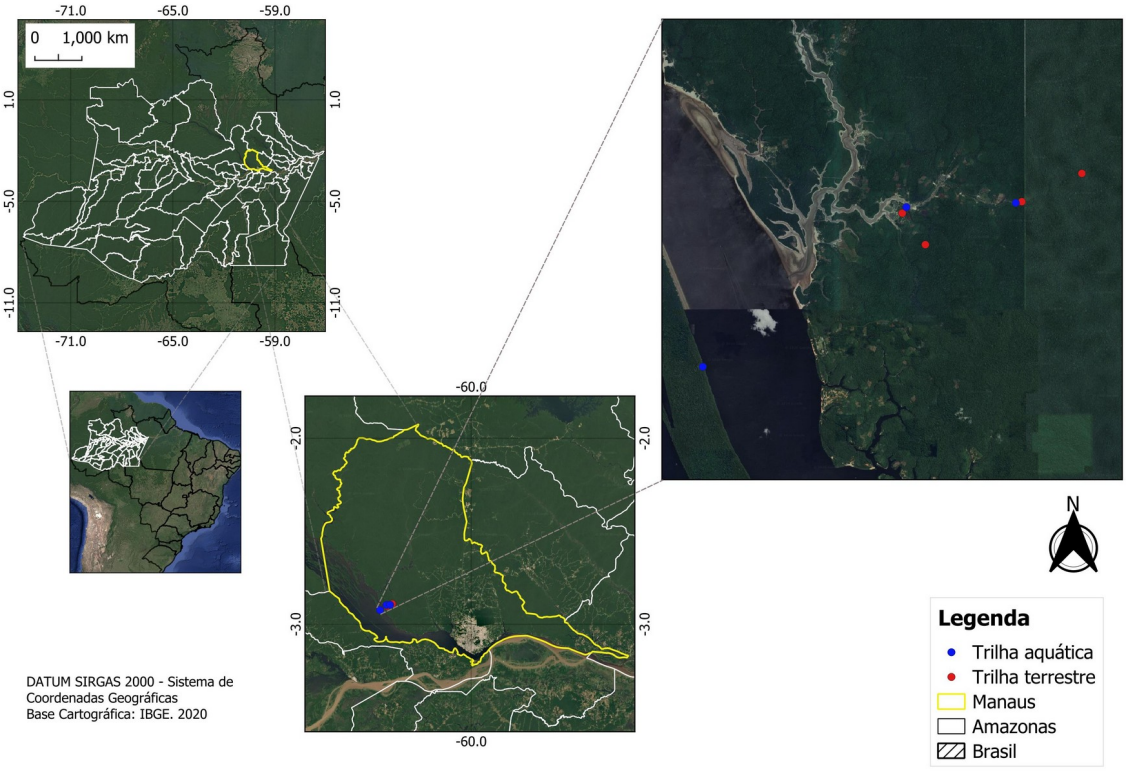


Figura 10 - Mapa de Pontos de identificação das trilhas terrestres e aquáticas na comunidade São Francisco do igarapé do Chita.
Fonte: Helinara Laís Vieira, 2026.

Os moradores indicaram quatro percursos para compor a proposta: duas trilhas terrestres e duas rotas aquáticas. As trilhas terrestres apresentam extensões aproximadas de 1,53 km e 1,05 km e atravessam ambientes distintos, incluindo áreas de uso comunitário, vegetação em regeneração e floresta de terra firme. A combinação desses ambientes amplia as possibilidades de interpretação sobre fungos, decomposição, sucessão ecológica e relações entre atividades humanas e paisagem. A disposição geral dos percursos selecionados é apresentada na Figura 10, e as extensões das duas trilhas terrestres são detalhadas na Figura 11.

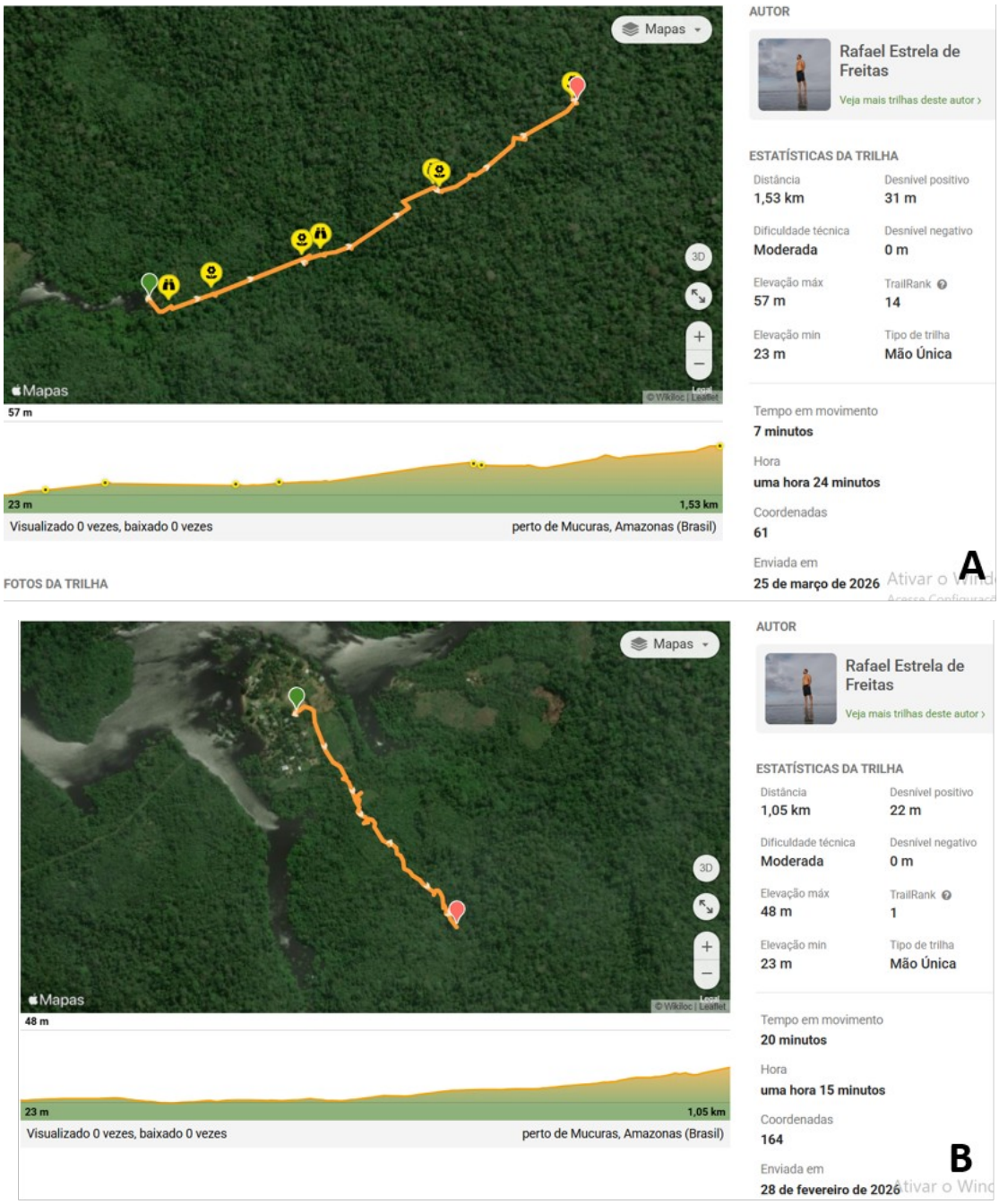


Figura 11 - Trilhas terrestres utilizadas para a experiência turística na comunidade São Francisco do Igarapé do Chita: (A) percurso terrestre com extensão de 1,53 km; e (B) percurso terrestre com extensão de 1,05 km.
Fonte: Autor, 2026. Elaboração técnica com apoio da plataforma Wikiloc.

As rotas aquáticas complementam os percursos terrestres ao incorporar igarapés, áreas sazonalmente inundáveis e paisagens fluviais. Um dos trajetos propostos alcança área relacionada ao arquipélago de Anavilhanas; sua eventual operação deverá observar

as regras de visitação, autorizações e competências de gestão aplicáveis ao Parque Nacional de Anavilhanas. A inclusão de áreas pertencentes a outra Unidade de Conservação não deve ser presumida como automaticamente autorizada pelo roteiro comunitário. As rotas aquáticas previstas na proposta são apresentadas na Figura 12.

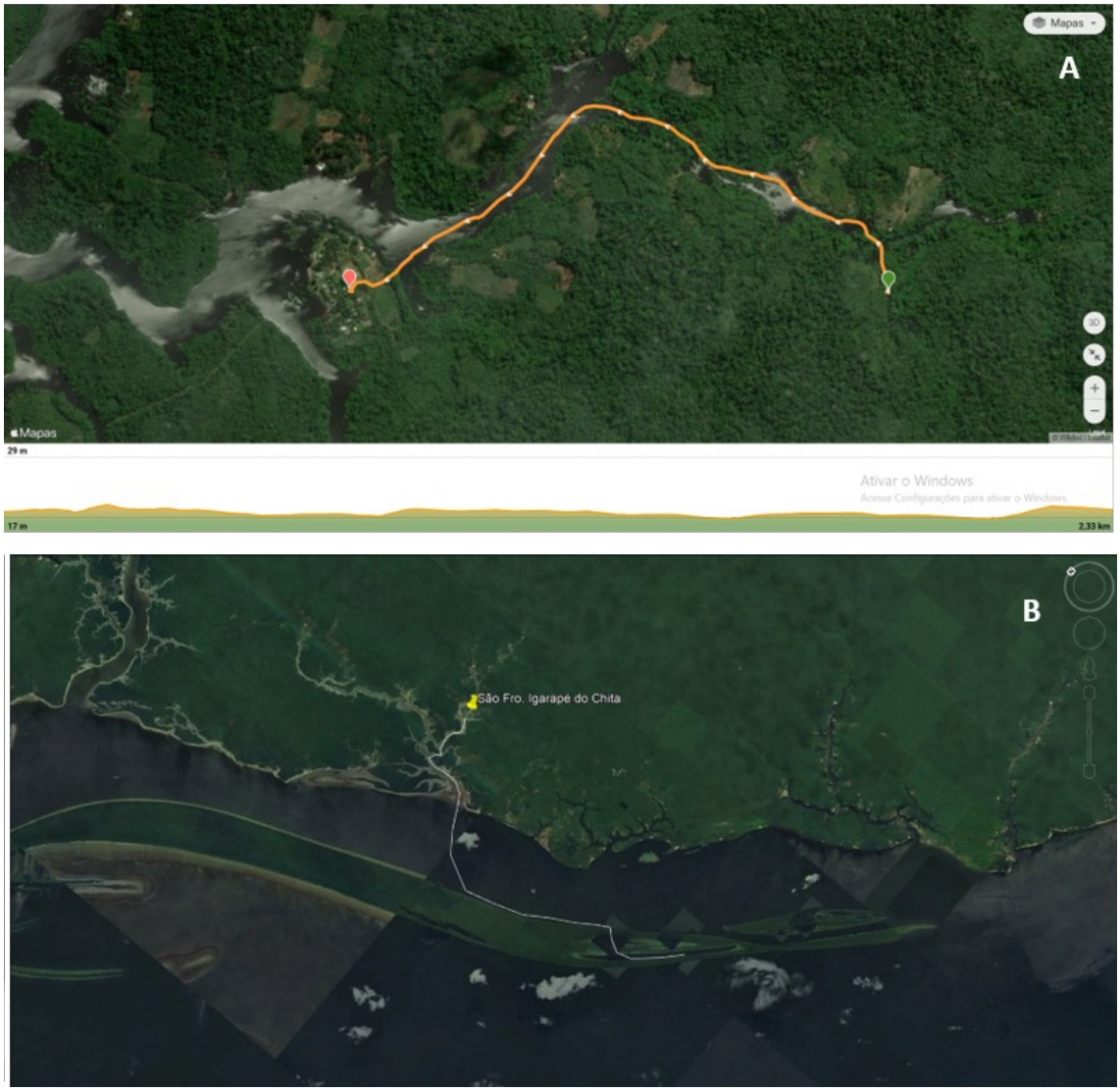


Figura 12 - Rotas aquáticas associadas à proposta de micoturismo: (A) trilha aquática no entorno da comunidade São Francisco do Igarapé do Chita; e (B) trilha aquática no arquipélago de Anavilhanas.
Fonte: Autor, 2026. Elaboração técnica com apoio do Wikiloc e Google Earth.

Para situações de urgência, foi relatada a utilização de transporte fluvial de pacientes por meio de “ambulancha”. Essa informação é relevante para o planejamento de segurança, mas não substitui a elaboração de protocolo próprio para visitantes, com

definição de contatos, meios de comunicação, responsáveis, pontos de evacuação e procedimentos diante de acidentes ou condições meteorológicas adversas.

5.2.Detalhamento dos roteiros

As modalidades foram organizadas para permitir diferentes níveis de permanência e imersão. Em todas elas, a observação dos fungos é tratada como atividade sazonal e não garantida, sendo complementada pela interpretação da floresta, das formas de ocorrência fúngica, dos modos de vida locais e das paisagens terrestres e aquáticas.

5.2.1.Experiência de curta permanência – 1 noite

A proposta inicialmente denominada “roteiro de um dia” inclui pernoite e, por isso, foi ajustada para “experiência de curta permanência – 1 noite”. A programação preliminar compreende recepção e introdução ao território, almoço, caminhada interpretativa diurna, jantar, caminhada noturna, pernoite, café da manhã e retorno para Manaus. A nomenclatura deve refletir a duração real do produto para evitar ambiguidade na comercialização.

5.2.2.Roteiro de dois dias

No primeiro dia, prevê-se recepção, introdução ao território, almoço regional, cam inhada interpretativa diurna, jantar e caminhada noturna. No segundo, a programação inclui café da manhã, segunda caminhada terrestre, almoço, percurso aquático em ambiente de igapó, jantar e pernoite, com café da manhã e saída no período seguinte, conforme compatibilidade com o transporte fluvial.

5.2.3.Roteiro de três dias

A experiência de maior permanência amplia a combinação de ambientes e atividades. A programação inclui recepção, alimentação regional, caminhadas diurna e noturna, percurso aquático em igapó, segunda trilha terrestre, possibilidade de pernoite na floresta, momentos de convivência com moradores e percurso aquático relacionado ao arquipélago de Anavilhanas. Atividades com pernoite em área florestal deverão depender

de avaliação específica de segurança, estrutura, autorizações e condições meteorológicas.

Como possibilidades futuras, foram mencionadas observação de fauna, contemplação do nascer do sol, atividades noturnas, visita à casa de farinha e observação de peixes ornamentais no período de seca. Esses componentes não integram necessariamente a versão inicial do produto e deverão ser avaliados quanto à viabilidade operacional, interesse comunitário e compatibilidade ambiental antes de sua incorporação.

Durante a oficina, a comunidade definiu, como limite operacional inicial, o atendimento de até dez visitantes por grupo. Esse número decorre da capacidade atualmente percebida pelos moradores para recepção e organização das atividades e não deve ser apresentado como capacidade de carga ecológica da área.

A definição de capacidade de suporte requer estudos específicos sobre impactos, condições dos percursos, experiência dos visitantes e limites aceitáveis de mudança. Assim, o limite de dez pessoas deve ser tratado como parâmetro operacional provisório, sujeito a revisão mediante monitoramento. A organização geral da proposta, incluindo os principais componentes do roteiro encontra-se apresentada na Figura 13.


São Fco. Igarapé do Chita
Balsa Varge
Principais Gêneros de Cogumelos Encontrados na Região
Amauroderma
Auricularia
Camillea
Clavaria
Clitocybula
Collybiopsis
Cookeina
Cyathus
Dacryopinax
Daedalea
Entoloma
Favolus
Ganoderma
Geastrum
Gymnopus
Hexagonia
Hygrocybe
Kretzschmaria
Lentinus
Marasmiellus
Marasmius
Mycena
Oudemansiella
Phallus
Pleurotus
Pycnoporus
Ramariopsis
Schizophyllum
Tremella
Xanthorellus guyanensis
Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita
Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Puranga Conquista - Amazonas - Brasil
Biodiversidade · Conservação · Cultura · Sustentabilidade
CONTATOS
E-mail:
Telefone:
Instagram:
Micoturismo de Base Comunitária
Vivencie a floresta amazônica através do universo dos cogumelos
A Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista (AM), oferece uma imersão na biodiversidade amazônica por meio do micoturismo.
Nossos Pilares:
Biodiversidade, Conservação, Cultura e Sustentabilidade
Conhecer os fungos da Amazônia é compreender a importância da floresta em pé.
O roteiro foi desenvolvido de forma participativa pelos moradores locais, integrando conservação ambiental, educação ecológica, valorização cultural e geração de renda sustentável.



Figura 13 - Proposta de micoturismo de base comunitária na comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, contemplando o roteiro preliminar, atrativos, princípios do turismo comunitário, informações aos visitantes e contribuições para a comunidade.
Fonte: Ianke Senna, 2026.

5.3.Estrutura de custos, precificação e repartição de benefícios

A precificação preliminar foi discutida com os moradores durante a oficina de intro dução ao micoturismo e construção do roteiro. A proposta considerou custos fixos e variáveis, número de visitantes e serviços incluídos. A distinção entre essas categorias é coerente com a contabilidade gerencial de custos, na qual custos fixos tendem a permanecer relativamente constantes dentro de determinada faixa de atividade, enquanto custos variáveis se alteram em função do volume de atendimento (Martins, 2018; Horngren; Datar; Rajan, 2018).

Como exercício aplicado na oficina, considerou-se um grupo de quatro visitantes, tarifa de R$ 440,00 por pessoa, custo fixo diário de R$ 840,00 e custo variável de R$ 100,00 por visitante. Nessas condições, o custo total estimado foi de R$ 1.240,00, a re-

ceita total de R$ 1.760,00 e o resultado operacional de R$ 520,00. O cálculo teve finalidade didática e de planejamento inicial; não representa demonstração de rentabilidade permanente, pois custos, preços, tributos, manutenção, depreciação e demanda podem variar.

Tabela 1 - Pacote completo (guia + barco local + hospedagem).

Número de turistas	***Valor por turista (R$)***	***Desconto em relação a R$ 770***	***Desconto (%)***
Até 2 turistas	770,00	-	-
Até 4 turistas	440,00	330,00	42,86%
Até 6 turistas	420,00	350,00	45,45%
Até 10 turistas	370,00	400,00	51,95%

Fonte: Autor, 2026.

A proposta também prevê modalidades para visitantes que já disponham de parte da logística, como embarcação, hospedagem ou guia próprio. Nesses casos, permanecem os serviços comunitários efetivamente contratados, especialmente condução local, interpretação, alimentação quando aplicável e acesso organizado aos atrativos. Essa flexibilidade permite adaptar a oferta a diferentes perfis de visitantes e operadores sem eliminar a remuneração do trabalho comunitário. Os valores preliminares para o pacote completo são apresentados na Tabela 1, enquanto a Tabela 2 reúne a modalidade destinada a visitantes que já disponham de guia, barco e acomodação próprios.

Tabela 2 - Pacote para turistas com guia, barco e acomodação própria.

Número de turistas	***Valor por turista (R$)***	***Desconto em relação a R$ 120***	***Desconto (%)***
Até 2 turistas	120,00	-	-
Até 4 turistas	80,00	40,00	33,33%
Até 6 turistas	60,00	60,00	50,00%
Até 10 turistas	50,00	70,00	58,33%

Fonte: Autor, 2026.

Outro resultado da oficina foi a definição de destinação de 5% da receita dos roteiros a um fundo comunitário. A proposta é que os recursos sejam utilizados em ações de interesse coletivo relacionadas à manutenção dos percursos, infraestrutura de apoio, capacitação, gestão do turismo e conservação. Para que o mecanismo funcione de forma

transparente, sua implementação deverá ser acompanhada de regras comunitárias sobre arrecadação, registro, prestação de contas, critérios de uso e tomada de decisão.

Desse modo, a estrutura econômica proposta deve ser compreendida como instrumento inicial de planejamento e repartição de benefícios. Antes da comercialização, recomenda-se atualizar os custos reais, definir remunerações por função, incorporar despesas não contempladas no exercício preliminar e estabelecer margem compatível com a sustentabilidade financeira da operação.

5.4.Diretrizes de manejo, visitação e monitoramento

As diretrizes de manejo foram formuladas para compatibilizar a visitação com a conservação da biodiversidade e com as formas de organização comunitária. Sua aplicação deverá observar o Plano de Gestão da RDS Puranga Conquista e as normas pertinentes às Unidades de Conservação de Uso Sustentável (BRASIL, 2000; SEMA-AM, 2023).

A observação constitui a forma prioritária de interação com os macrofungos. A coleta de exemplares não integra a experiência turística regular e deverá ocorrer somente quando houver finalidade científica, educativa ou de monitoramento devidamente autorizada. Essa precaução é especialmente importante porque a identificação segura de fungos pode exigir análise especializada e porque a retirada indiscriminada de organismos é incompatível com o caráter educativo e conservacionista proposto.

Também foram incorporadas orientações relativas à permanência nos percursos definidos, redução de ruídos, retirada de resíduos, acompanhamento por condutores locais, suspensão ou adaptação das atividades em condições adversas e realização de orientação ambiental antes das visitas (Quadro 8). O monitoramento periódico deverá registrar tanto as condições dos percursos quanto ocorrências relacionadas aos macrofungos, permitindo ajustar a operação ao longo do tempo.

Quadro 9 - Apresentação das normas de visitação e manejo ambiental para o roteiro de micoturismo comunitário da Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita.

Diretriz	**Objetivo**	**Responsável pela Aplicação**	**Indicador de Monitoramento**
Utilização exclusiva das trilhas e percursos previamente definidos	Minimizar impactos sobre a vegetação, o solo e áreas sensíveis da	Condutores comunitários e visitantes	Registro de ocorrências de saída das trilhas; estado de conservação dos

	floresta		percursos
Acompanhamento obrigatório por condutor local	Garantir segurança, interpretação ambiental e cumprimento das normas de visitação	Associação comunitária e condutores locais	Percentual de grupos acompanhados por condutores locais
Não coletar macrofungos, plantas, animais ou outros recursos naturais sem autorização específica	Assegurar a conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos locais	Visitantes, condutores e gestão comunitária	Número de ocorrências de coleta não autorizada
Priorizar a observação e o registro fotográfico dos macrofungos	Promover a educação ambiental e reduzir impactos sobre as populações fúngicas	Visitantes e condutores locais	Quantidade de registros de infrações observadas durante as visitas
Recolher todos os resíduos produzidos durante a atividade	Evitar contaminação ambiental e degradação da paisagem	Visitantes e condutores locais	Presença de resíduos nas trilhas e atrativos monitorados
Evitar ruídos excessivos durante as atividades	Minimizar perturbações à fauna silvestre e manter a qualidade da experiência turística	Visitantes e condutores locais	Registros de não conformidade durante as visitas
Respeitar os limites de capacidade de carga definidos pela comunidade	Evitar sobrecarga dos ambientes visitados e garantir qualidade da experiência	Associação comunitária e equipe de gestão do turismo	Número de visitantes por grupo e por período
Suspender ou adequar atividades em condições climáticas adversas	Garantir a segurança dos visitantes e reduzir impactos ambientais	Condutores locais e coordenação comunitária	Registro de adequações ou cancelamentos por condições ambientais
Realizar orientações ambientais antes do início das atividades	Sensibilizar visitantes sobre normas de conduta e conservação ambiental	Condutores comunitários	Percentual de grupos que receberam briefing ambiental
Destinar 5% da receita dos roteiros ao fundo comunitário	Fortalecer a gestão participativa, a conservação ambiental e melhorias coletivas	Associação comunitária	Valor arrecadado e aplicação anual dos recursos do fundo
Monitorar periodicamente as áreas de ocorrência de macrofungos	Avaliar possíveis impactos da visitação sobre os atrativos do roteiro	Monitores comunitários e parceiros técnicos	Relatórios de monitoramento e registros de ocorrência de macrofungos
Incentivar o respeito aos conhecimentos tradicionais e à cultura local	Valorizar o patrimônio cultural e fortalecer o protagonismo comunitário	Visitantes, condutores e comunidade anfitriã	Avaliação da experiência pelos visitantes e comunitários

Fonte: Autor, 2026.

A proposta de monitoramento transforma as diretrizes em elementos passíveis de acompanhamento, evitando que as normas permaneçam apenas em nível declaratório. Indicadores simples, como número de visitantes, registros de saída das trilhas, presença de resíduos, ocorrências de coleta e avaliações dos moradores, podem subsidiar ajustes na operação e apoiar uma gestão adaptativa do roteiro.

Em conjunto, o produto técnico demonstra que a estruturação do micoturismo na comunidade depende da articulação entre micodiversidade, participação comunitária, interpretação ambiental, logística, segurança, gestão econômica e monitoramento. Os resultados da pesquisa não permitem afirmar que o micoturismo, por si só, garantirá desenvolvimento sustentável ou geração permanente de renda; indicam, contudo, condições iniciais e um caminho operacional para testar a atividade em pequena escala, acompanhar seus efeitos e aperfeiçoá-la com base na experiência da própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação avaliou o potencial do micoturismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, Amazonas. A integração entre levantamento da micodiversidade, consulta a potenciais visitantes e profissionais do turismo e atividades participativas com moradores permitiu analisar as condições ambientais, socioculturais e operacionais relacionadas à estruturação dessa atividade no território.

O levantamento preliminar evidenciou diversidade de macrofungos ao longo dos percursos investigados, com registros de diferentes formas, substratos e funções ecológicas passíveis de utilização em atividades de observação e interpretação ambiental. Entre os achados, destacou-se *Cantharellus guyanensis*, registrado em duas trilhas no entorno da comunidade e posteriormente confirmado por identificação taxonômica especializada no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A confirmação desse táxon acrescenta relevância científica ao levantamento e demonstra a importância de associar o conhecimento produzido em campo à validação especializada, sobretudo quando se discutem possíveis aplicações gastronômicas ou outras formas de uso.

Os resultados também indicaram que a micodiversidade pode constituir um elemento de interesse para a diversificação das experiências turísticas desenvolvidas no território. Entretanto, a ocorrência dos macrofungos está condicionada às características ambientais e à sazonalidade, de modo que a atividade não deve ser estruturada a partir da garantia de observação de espécies específicas. Nesse sentido, a interpretação dos processos ecológicos, das diferentes formas de ocorrência dos fungos e de suas relações

com os ecossistemas apresenta-se como componente relevante para ampliar as possibilidades educativas da experiência.

A consulta aos potenciais visitantes revelou interesse por experiências associadas à biodiversidade, aprendizagem, contato com ambientes florestais e vivências comunitárias. Mesmo entre participantes que desconheciam previamente o conceito de micoturismo, foram identificadas manifestações de curiosidade e disposição para conhecer a atividade. Ao mesmo tempo, aspectos como segurança, organização, qualidade da condução, infraestrutura, alimentação, autenticidade e responsabilidade socioambiental apareceram como fatores relevantes para a experiência turística. Esses achados fornecem indicadores de demanda potencial, mas não devem ser interpretados, isoladamente, como comprovação de viabilidade mercadológica ou econômica.

A participação dos moradores mostrou-se particularmente importante para a construção do produto técnico. O reconhecimento dos percursos, as discussões sobre atividades, serviços, custos, limite inicial de visitantes e destinação de parte da receita ao fundo comunitário permitiram incorporar decisões locais à estruturação da experiência. Dessa forma, o roteiro resultante da pesquisa não foi concebido exclusivamente a partir de critérios técnicos ou das expectativas dos visitantes, mas mediante a articulação dessas informações com as contribuições dos sujeitos diretamente envolvidos no território.

Como resultado aplicado, foi elaborada uma proposta de micoturismo de base comunitária composta por experiências com diferentes períodos de permanência, integrando caminhadas interpretativas, percursos aquáticos, observação de macrofungos, alimentação regional e atividades de interação com a comunidade. A estrutura preliminar de custos e preços e a definição de um limite operacional inicial de dez visitantes constituem referências para uma possível etapa piloto, devendo ser revistas à medida que a atividade seja implementada e monitorada. Da mesma forma, a destinação proposta de 5% da receita ao fundo comunitário demanda a construção de mecanismos transparentes de gestão, prestação de contas e definição coletiva sobre a utilização dos recursos.

Os resultados permitem, portanto, considerar o micoturismo uma possibilidade de diversificação do turismo de base comunitária na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita. Sua implementação, entretanto, dependerá de fatores que ultrapassam

a presença de diversidade fúngica no território, incluindo capacitação dos moradores, organização comunitária, infraestrutura, segurança, logística, monitoramento ambiental, articulação institucional e adequação às normas aplicáveis à RDS Puranga Conquista e às demais áreas protegidas eventualmente envolvidas nos percursos.

A pesquisa apresenta limitações que precisam ser consideradas na interpretação dos achados. O levantamento da micodiversidade teve caráter preliminar e não correspondeu a um inventário taxonômico exaustivo, sendo a maior parte dos registros reconhecida em nível de gênero. Além disso, o período de acompanhamento não permite estabelecer padrões conclusivos de sazonalidade para os macrofungos observados. A amostra dos formulários foi obtida por estratégias não probabilísticas e, portanto, seus resultados não podem ser generalizados para o conjunto dos turistas que visitam a Amazônia. Do mesmo modo, a estrutura de custos e preços elaborada durante a pesquisa possui caráter preliminar e não substitui estudos específicos de mercado e viabilidade econômica.

Outra limitação refere-se à ausência de avaliação específica da capacidade de suporte dos percursos. O limite inicial de dez visitantes definido durante o processo participativo corresponde à capacidade operacional percebida pela comunidade e não deve ser interpretado como capacidade de carga ecológica. Estudos futuros poderão avaliar indicadores físicos, ambientais, sociais e operacionais relacionados à visitação, permitindo estabelecer parâmetros de manejo e limites aceitáveis de alteração nos percursos. Essa necessidade torna-se especialmente relevante diante da sensibilidade dos ambientes amazônicos e das variações sazonais que caracterizam o território.

Recomenda-se, ainda, ampliar o monitoramento da micodiversidade ao longo de diferentes períodos do ano, aprofundar a identificação taxonômica dos registros e investigar suas relações ecológicas, distribuição e sazonalidade. Estudos específicos também serão necessários antes da incorporação de espécies à alimentação ou a outras formas de uso, contemplando identificação segura, aspectos sanitários, manejo e compatibilidade com as normas de conservação. Paralelamente, pesquisas futuras poderão acompanhar experiências-piloto do roteiro para avaliar satisfação dos visitantes, impactos ambientais, benefícios econômicos, distribuição da renda e percepção dos moradores sobre a atividade.

No âmbito da gestão, a continuidade da proposta requer investimento na formação dos comunitários em condução de visitantes, interpretação ambiental, hospitalidade, segurança e monitoramento, além do fortalecimento de mecanismos coletivos para tomada de decisão e repartição dos benefícios. Parcerias com instituições de pesquisa, órgãos gestores e organizações relacionadas ao turismo podem contribuir para suprir demandas técnicas, desde que preservadas a autonomia da comunidade e sua participação nas decisões sobre o desenvolvimento da atividade.

Conclui-se que o principal potencial identificado nesta pesquisa não reside apenas na transformação dos macrofungos em novos atrativos turísticos, mas na possibilidade de incorporá-los a uma experiência construída a partir das características ecológicas e socioculturais do território. O micoturismo de base comunitária apresenta condições iniciais para ser experimentado em pequena escala na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita, desde que sua implementação ocorra de maneira gradual, participativa e acompanhada por monitoramento. Nessa perspectiva, a valorização da micodiversidade pode contribuir simultaneamente para ampliar o conhecimento sobre um componente ainda pouco evidenciado da biodiversidade amazônica, diversificar as experiências turísticas locais e criar novas possibilidades de geração de benefícios vinculados à conservação da floresta.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Diego Gobbo. Mudanças no uso e cobertura da terra no Mosaico do Baixo Rio Negro: dinâmicas de desmatamento e regeneração da cobertura vegetal. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 20, n. 61, p. 123–147, 2026. DOI: 10.14393/RCT206178961.

AMAZONAS. Decreto n.º 4.015, de 22 de março de 2014. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, no município de Manaus, Amazonas. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, 2014. Disponível em: SEMA/AM – RDS Puranga Conquista. Acesso em: 18 out. 2025.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista**. Manaus: SEMA, 2023. Disponível em: SEMA/AM – RDS Puranga Conquista. Acesso em: 20 out. 2025.

AMAZONASTUR. **Amazonastur realiza nova etapa do Plano de Ordenamento Turístico na RDS Puranga Conquista**. Manaus, 2025. Disponível em: Amazonastur – Plano de Ordenamento Turístico. Acesso em: 12 nov. 2025.

BACHI, Laura; CARVALHO-RIBEIRO, Sónia. Markets for non-timber forest products (NTFPs): the role of community-based tourism (CBT) in enhancing Brazil's sociobiodiversity. **Forests**, Basel, v. 14, n. 2, art. 298, 2023. DOI: 10.3390/f14020298.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BELLO, Felix G.; CARR, Neil; LOVELOCK, Brent. Community participation framework for protected area-based tourism planning. **Tourism Planning & Development**, v. 13, n. 4, p. 469–485, 2016. DOI: 10.1080/21568316.2015.1136838.

BRASIL. **ICMBio lança edital para projetos de turismo em unidades de conservação federais.** Agência Gov, Brasília, DF, 14 mar. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/chamada-para-apoio-a-iniciativas-de-turismo-comunitario-em-unidades-de-conservacao-federais. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais: caderno de experiências.** Brasília, DF: ICMBio, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/turismo-de-base-comunitaria-em-ucs-caderno-de-experiencias-pdf/view. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Gestão do uso público e bioeconomia.** Brasília, DF: ICMBio, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/2025-1/informacoes-tecnicas-complementares-ao-relatorio-de-gestao/gestao-do-uso-publico-e-bioeconomia. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: Lei nº 9.985/2000 – Planalto. Acesso em: 1 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7: Roteirização Turística**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Turismo em Unidades de Conservação injetou R$ 40,7 bilhões na economia brasileira em 2025**. Agência Gov, Brasília, DF, 8 maio 2026b. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202605/turismo-em-unidades-de-conservacao-injetou-r-40-7-bilhoes-na-economia-brasileira-em-2025. Acesso em: 20 out. 2026.

BUCKLEY, Ralf. **Ecotourism: principles and practices**. Wallingford: CAB International, 2009.

BUSCARDO, Erika et al. **Effects of natural and experimental drought on soil fungi and biogeochemistry in an Amazon rain forest**. Communications Earth & Environment, v. 2, art. 55, 2021. DOI: https://doi.org/10.1038/s43247-021-00124-8

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COELHO, Eduardo de Ávila; GONTIJO, Bernardo Machado. Viagens ao Amanã: experiências, relatos e propostas de base comunitária na Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 14, 2021. DOI: https://doi.org/10.34024/rbecotur.2021.v14.11044.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Los Angeles: SAGE, 2017.

DE FRUTOS MADRAZO, Pablo; MARTÍNEZ-PEÑA, Fernando; ESTEBAN, Sergio. Edible wild mushroom tourism as a source of income and employment in rural areas: the case of Castilla y León. **Forest Systems**, Madrid, v. 21, n. 1, p. 81–89, 2012. DOI: 10.5424/fs/2112211-02545.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ESPINOZA, Jhan-Carlo et al. **The new record of drought and warmth in the Amazon in 2023 related to regional and global climatic features**. Scientific Reports, v. 14, art. 8107, 2024. DOI: https://doi.org/10.1038/s41598-024-58782-5

FIDALGO, Oswaldo; BONONI, Vera Lúcia Ramos (coord.). **Técnicas de coleta, preservação e herborização de material botânico**. São Paulo: Instituto de Botânica, 1989. 62 p. (Série Documentos).

FUSTÉ-FORNÉ, Francesc. Seasonality in food tourism: wild foods in peripheral areas. **Tourism Geographies**, v. 24, n. 4–5, p. 578–598, 2022. DOI: 10.1080/14616688.2018.1558453.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 248 p.

HAWKSWORTH, David L.; LÜCKING, Robert. Fungal diversity revisited: 2.2 to 3.8 million species. **Microbiology Spectrum**, Washington, v. 5, n. 4, p. 1–17, 2017. DOI: 10.1128/microbiolspec.FUNK-0052-2016.

HENKEL, Terry W.; WILSON, Andrew W.; AIME, M. Catherine; DIERKS, Janina; UEHLING, Jessie K.; ROY, Melanie; SCHIMANN, Heidy; WARTCHOW, Felipe; MUELLER, Gregory M. Cantharellaceae of Guyana II: new species of *Craterellus*, new South American distribution records for *Cantharellus guyanensis* and *Craterellus excelsus*, and a key to the Neotropical taxa. **Mycologia**, Lawrence, v. 106, n. 2, p. 307–322, 2014. DOI: 10.3852/13-106.

HIPÓLITO, Jéssica de Carvalho. **População tradicional e a proteção ambiental: análise jurídica dos instrumentos de compatibilização da população tradicional nas unidades de conservação**. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Acesso em: 31 maio 2026.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; RAJAN, Madhav V. **Cost accounting: a managerial emphasis**. 16. ed. Harlow: Pearson, 2018. 960 p.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Ana amopö: cogumelos: Enciclopédia dos Alimentos Yanomami (Sanöma)**. São Paulo: ISA, 2016.

ICMBIO. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais: orientações básicas**. Brasília, DF: ICMBio, 2018.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108–121.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189–205, mar. 2003.

JIMÉNEZ-RUIZ, Andrea Edurne; THOMÉ-ORTIZ, Humberto; BURROLA-AGUILAR, Cristina. Patrimonio biocultural, turismo micológico y etnoconocimiento. **El Periplo Sustentable**, Toluca, n. 30, p. 180–205, 2016.

JUMA, Leanard Otwori; KHADEMI-VIDRA, Anikó. Nature interpretation as an environmental educational approach in visitor management: the application dilemma for different target groups at Masai Mara National Reserve, Kenya. **Sustainability**, v. 14, n. 5, art. 2935, 2022. DOI: 10.3390/su14052935.

KIYOTANI, Ilana Barreto; COSTA, Wagner Fernandes; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Turismo de Base Comunitária no contexto do paradigma neoliberal: iniciativas contra-hegemônicas e a luta pela terra no Nordeste brasileiro. **Via Tourism Review**, n. 26, 2024. DOI: https://doi.org/10.4000/130ra.

KOGA, Erika Sayuri; UYETI, Joyce Hiromi. Turismo de base comunitária e unidades de conservação paulista: mapeamento de iniciativas, benefícios e desafios. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 8, n. 5, p. 40-45, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/38935. Acesso em: 20 out. 2026.

LODGE, D. Jean et al. Terrestrial and lignicolous macrofungi. In: MUELLER, Gregory M.; BILLS, Gerald F.; FOSTER, Mercedes S. (ed.). **Biodiversity of fungi: inventory and monitoring methods**. Burlington: Elsevier Academic Press, 2004. p. 127–172. DOI: 10.1016/B978-012509551-8/50011-8.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 408 p.

MOORE, David; ROBSON, Geoffrey D.; TRINCI, Anthony P. J. **21st century guidebook to fungi**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

OLIVEIRA, Jadson José Souza de; ESTRELA, Rafael; VARGAS-ISLA, Ruby; CABRAL, Tiara Sousa; SOARES, Célia Cristine Bottke; LIMA, Marly Castro; LEITE, Laura Corrêa Cavalcante; ISHIKAWA, Noemia Kazue. **Série Mycelia: álbum de cogumelos para micoturismo.** Volume 2: Amazônia – Base Alto Cuieiras – Manaus – AM. Manaus: Edição dos Autores, 2023. 83 p. ISBN 978-65-00-65884-2.

OLIVEIRA, Jadson José Souza; ESTRELA, Rafael. **Série Mycelia: álbum de cogumelos para micoturismo**. v. 1. Organização: Noemia Kazue Ishikawa, Ruby Vargas-Isla, Tiara Sousa Cabral e Laura Corrêa Cavalcante Leite. Manaus: Ed. dos Autores, 2022. ISBN 978-65-00-55859-3.

OMT. **Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos: guia prático**. Madrid: Organização Mundial do Turismo, 2005.

PERALTA, Nelissa; OZORIO, Rodrigo Zomkowski; NASSAR, Pedro; PINTO, Gustavo. Community-based tourism in protected areas: a move beyond “paper parks”. In: CUNHA, André de Almeida et al. (ed.). **Tourism and protected areas in Brazil**. New York: Nova Science Publishers, 2018. p. 297–315.

PÉREZ-MORENO, Jesús et al. Edible mycorrhizal fungi of the world: what is their role in forest sustainability, food security, biocultural conservation and climate change? **Plants, People, Planet**, Hoboken, v. 3, n. 5, p. 471–490, 2021. DOI: 10.1002/ppp3.10199.

PORTO, Nailza Pereira; PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos. Análise socioeconômica do turismo comunitário na Comunidade Indígena Nova Esperança, RDS Puranga Conquista (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 4, p. 506–530, 2019. DOI: 10.34024/rbecotur.2019.v12.6758.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODRIGUES, Julian Islan Martins; CAMPOS, Laís Rodrigues; MARQUES, Fabricia Cristian Moura de Souza. Reordenamento territorial para a (des)organização dos interesses indígenas no Baixo Rio Negro – AM: o caso da transição entre PAREST Rio Negro Setor Sul e RDS Puranga-Conquista. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 88, p. 57–68, 2022. DOI: 10.14393/RCG238858630.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAUVÉ, Lucie. Currents in environmental education: mapping a complex and evolving pedagogical field. **Canadian Journal of Environmental Education**, Thunder Bay, v. 10, p. 11–37, 2005.

SCHANZ, Ina; REMMELE, Martin. Low fungal knowledge and limited identification skills: study reveals a species literacy gap among laypeople from Germany. **Scientific Reports**, v. 16, art. 7737, 2026. DOI: 10.1038/s41598-026-41150-w.

SCHEYVENS, Regina; BIDDULPH, Robin. Inclusive tourism development. **Tourism Geographies**, Abingdon, v. 20, n. 4, p. 589–609, 2018.

SHRESTHA, Roshis Krishna; L'ESPOIR DECOSTA, J. N. Patrick; WHITFORD, Michelle. Indigenous knowledge systems and socio-cultural values for sustainable tourism development: insights from Indigenous Newars of Nepal. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 33, n. 1, p. 143–167, 2025. DOI: 10.1080/09669582.2024.2316298.

SILVA, João Paulo da; ARAÚJO, Cristina Pereira de. ITBC: uma proposta de avaliação do turismo de base comunitária no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 107–143, 2024. DOI: 10.12957/rdc.2024.69124.

SMITH, M. E. et al. The ectomycorrhizal fungal community in a neotropical forest dominated by *Dicymbe corymbosa*. **New Phytologist**, v. 192, n. 3, p. 699–711, 2011.

SUAZO, Pablo; VIANA-LORA, Alba. The contribution of mycological tourism to well-being, the economy and sustainable development. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 19, n. 24, art. 17027, 2022. DOI: 10.3390/ijerph192417027.

TRAVASSOS, Ana Graziela Gomes; LUCENA, Juliana Mesquita Vidal Martinez de. **Fungos da Amazônia**. 2024. 130 p. Produto educacional (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2024.

VARGAS-ISLA, Ruby; ISHIKAWA, Noemia Kazue.; PY-DANIEL, Victor. Contribuições etnomicológicas dos povos indígenas da Amazônia. **Biota Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 58–65, 2013.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

WWF-BRASIL. **Turismo de Base Comunitária e Conservação na Amazônia**. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2021.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2018.

ZANINI, Alanza Mara; SANTOS, Amanda Ribeiro dos; MALICK, Chreiva Magalhães; OLIVEIRA, José Anderson de; ROCHA, Marcelo Borges. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 23, 2021. DOI: 10.1590/1983-21172021230127.

APÊNDICE A - Catalágo fotográfico das espécies de macrofungos

Macrofungos registrados na área de estudo:



(a) *Amauroderma*



(b) Auricularia



(c) *Camillea*



(d) *Clavaria*



(e) *Clitocybula*



(f) *Collybiopsis*



(g) *Cookeina*



(h) *Cyathus*


(i)*Dacryopinax*


(j) Daedalea


(k) *Entoloma*


(l) *Favolus*


(m) *Ganoderma*


(n) *Geastrum*



(o) *Gymnopus*



(p) *Hexagonia*



(q) *Hygrocybe*


(r) *Kretzschmaria*


(s) *Lentinus*


(t) *Marasmiellus*


(u) *Marasmius*


(v) *Mycena*


(w) *Oudemansiella*



(x) *Phallus*



(y) *Pleurotus*



(z) *Pycnoporus*



(aa) *Ramariopsis*



(ab) *Schizophyllum*

(ac) *Tremella*

(ad) *Cantharellus guyanensis*.

APÊNDICE B - Formulário de entrevista para agentes e guias de turismo

Micoturismo comunitário
Olá! Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o potencial de demanda turística para dissertação: "Micoturismo Comunitário: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a comunidade São Francisco do Igarapé do Chita"

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Avaliação de Interesse de Agências e Guias de Turismo em Experiências de"Micoturismo" na Amazônia

1. Nome da agência / Guia: *

2. Município/Estado: *

3. Tempo de atuação: *

- Menos de 2 anos
- 2–5 Anos
- 6–10 Anos
- Mais de 10 anos

4. Segmento principal de atuação: **Marque todas que se aplicam.*
- Ecoturismo
- Turismo de aventura
- Turismo de base comunitária
- Turismo científico
- Turismo Cultural
- Outro:

5. Público predominante: * *Marcar apenas uma*
- Nacional
- Internacional
- Ambos

CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO

6. Você já ouviu falar em micoturismo (turismo voltado à observação, estudo eexperiências com fungos)? **Marcar apenas uma*
- Sim
- Não

7. Como avalia o potencial do micoturismo na Amazônia? **Marcar apenas uma*

- Muito baixo
- Baixo
- Moderado
- Alto
- Muito Alto

8. Na sua percepção, o micoturismo poderia agregar valor aos roteiros já existentes? **Marcar apenas uma.*
    - Sim
    - Não
    - Talvez

9. Justifique sua resposta:

10. Quais públicos teriam maior interesse? **Marque todas que se aplicam.*
    - Pesquisadores
    - Estudantes
    - Turistas estrangeiros
    - Ecoturistas experientes
    - Fotógrafos de natureza
    - Outro:

VIABILIDADE COMERCIAL

11. Sua agência/você incluiria um roteiro de micoturismo no portfólio? **Marcar apenas uma*
    - Sim
    - Não
    - Talvez

12. Em qual faixa de preço diária você acredita que o produto poderia ser comercializado? * *Marcar apenas uma.*
    - Até R$ 300
    - R$ 300–600
    - R$ 600–1.000
    - Acima de R$ 1.000

13. Qual seria período ideal de operação: **Marcar apenas uma*
    - Ano todo
    - Na seca
    - Estação chuvosa
    - Apenas sob demanda específica

14. Qual seria o volume estimado/ideal de turistas interessados por ano: **Marcar apenas uma*
    - Até 20

- 20–50
- 50–100
- Mais de 100

15. Qual seria seu grau de interesse em firmar parceria com comunidade local: * *Marcar apenas uma.*
    - Nenhum
    - Baixo
    - Médio
    - Alto
    - Muito alto

CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS

16. Quais seriam os principais requisitos para comercializar esse produto? *

17. Quais riscos você identifica? **Marque todas que se aplicam.*
    - Segurança
    - Sazonalidade
    - Baixa demanda
    - Logística
    - Desconhecimento do tema
    - Outro:

18. Que diferenciais tornariam o micoturismo competitivo? * *Marque todas que se aplicam.*
    - Exclusividade e novidade de mercado
    - Base científica + experiência prática
    - Protagonismo comunitário
    - Apelo visual e midiático
    - Sazonalidade estratégica
    - Integração com outras modalidades
    - Outro:

19. A agência/você teria interesse em participar do desenvolvimento conjunto do roteiro? **Marcar apenas uma.*
    - Sim
    - Não
    - Talvez

20. Sugestões adicionais

APÊNDICE C - Formulário de entrevista para potencial turista nacional e estrangeiro

Micoturismo comunitário
Olá! Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o potencial de demanda turística para dissertação: "Micoturismo Comunitário: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a comunidade São Francisco do Igarapé do Chita"

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. E-mail*

PERFIL DO RESPONDENTE:

2. Qual a sua faixa etária? *Marcar apenas uma.*
   - 18-24
   - 25-34
   - 35-44
   - 45-54
   - 55+

3. Gênero: **Marcar apenas uma.*
   - Masculino
   - Feminino
   - Prefiro não dizer
   - Outro:

4. Escolaridade: **Marcar apenas uma.*
   - Ensino médio
   - Graduação
   - Pós-graduação
   - Outro:

5. Local de residência: * *Marcar apenas uma.*
   - Amazonas
   - Outra região do Brasil
   - Outro:

6. Renda mensal aproximada? **Marcar apenas uma.*
   - Até 2 salários mínimos
   - 2 a 5 salários mínimos
   - 6-10 salários mínimos
   - Acima de 10 salários mínimos

PERFIL TURÍSTICO

7. Com que frequência você costuma viajar por lazer? **Marcar apenas uma.*

- Várias vezes ao ano
- Uma vez por ano
- Menos de uma vez por ano
- Raramente viaja

8.Qual tipo de turismo você mais gosta/pratica? * *Marque todas que se aplicam.*

- Turismo de natureza
- Ecoturismo
- Turismo Cultural
- Turismo Gastronômico
- Turismo Rural
- Turismo de aventura
- Turismo científico
- Outro:

9. Que aspectos você considera mais importantes ao escolher um destinoturístico? **Marque todas que se aplicam.*

- Contato com a natureza
- Aprendizado cultural
- Segurança
- Preço acessível
- Conforto e infraestrutura
- Experiências únicas e autênticas
- Sustentabilidade socioambiental
- Outro:

Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas — tanto de terra quanto deágua — criadas oficialmente pelo governo ou, em alguns casos, por iniciativa privada. Elas existem para cuidar da natureza, proteger a biodiversidade, conservar osrecursos hídricos e manter as paisagens naturais preservadas para as atuais e futurasgerações.

10. Já visitou alguma Unidade de Conservação? **Marcar apenas uma.*

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

11. Se sim, qual (is)?

12. Você costuma valorizar experiências com envolvimento da comunidadelocal? **Marcar apenas uma.*

- Sim, muito
- Sim, moderadamente

- Não costumo pensar sobre isso
- Não valorizo este tipo de experiência

CONHECIMENTO E INTERESSE EM MICOTURISMO

Antes de responder, considere "micoturismo" como: “Experiência turística voltada à observação, interpretação ecológica e conhecimento tradicional relacionado a fungos silvestres (comumente conhecidos como cogumelos, orelhas-de-pau ou trufas) e biodiversidade amazônica. ”

13. Você já conhecia algum conceito de micoturismo? * *Marcar apenas uma.*
- Sim, conheço bem
- Já ouvi falar, mas sei pouco
- Nunca ouvi falar

14. Qual seu nível de interesse em participar de uma atividade demicoturismo? **Marcar apenas uma.*
- Muito alto
- Alto
- Moderado
- Baixo
- Nenhum interesse

15. Quais atividades, nessa modalidade, despertariam maior interesse? **Marque todas que se aplicam.*
- Trilhas interpretativas sobre fungos
- Vivência comunitária
- Gastronomia experimental com cogumelos
- Observação fotográfica
- Outro:

16. Quanto tempo você estaria disposto (a) a permanecer em um roteiro demicoturismo? * *Marcar apenas uma.*
- Meio dia
- Um dia
- 2 a 3 dias
- Mais de 3 dias

DISPOSIÇÃO DE PAGAMENTO
Análise Econômica

17. Quanto estaria disposto (a) a pagar por uma experiência de micoturismode 1 dia, incluindo guia comunitário? **Marcar apenas uma.*

- Até R$150
- R$150–300
- R$300–500
- Acima de R$500

18. Quanto pagaria por pacote de 2 dias com hospedagem simplescomunitária? **Marcar apenas uma.*

- Até R$400
- R$400–800
- R$800–1.200
- Acima de R$1.200

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

19. Como você costuma buscar informações sobre destinos turísticos? * *Marque todas que se aplicam.*

- Redes sociais
- Sites especializados em turismo
- Indicação de amigos/familiares
- Agências de turismo
- Blogs / YouTube
- Outro:

20. Você seguiria um perfil de micoturismo amazônico nas redes sociais? **Marcar apenas uma.*

- Sim
- Talvez
- Não

21. Você recomendaria uma experiência de micoturismo comunitário? **Marcar apenas uma.*

- Sim
- Talvez
- Não

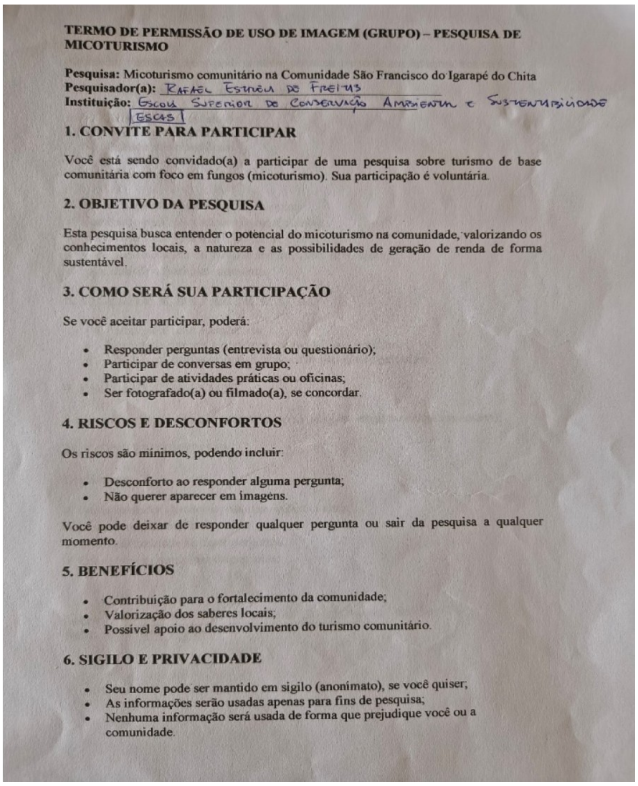
PERCEPÇÕES PESSOAIS

22. O que mais influenciaria sua decisão de participar dessa experiência? Por quê?

23. Quais preocupações teria ao visitar uma comunidade tradicionalamazônica? Por quê?

24. Na sua opinião, quais elementos tornam uma experiência de turismocomunitário autêntica? Por quê?

ANEXO A - Documento de autorização de uso de imagem



TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMAGEM (GRUPO) – PESQUISA DE MICOTURISMO

Pesquisa: Micoturismo comunitário na Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita
Pesquisador(a): Rafael Esmeu de Freitas
Instituição: Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS)

1. CONVITE PARA PARTICIPAR

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre turismo de base comunitária com foco em fungos (micoturismo). Sua participação é voluntária.

2. OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa busca entender o potencial do micoturismo na comunidade, valorizando os conhecimentos locais, a natureza e as possibilidades de geração de renda de forma sustentável.

3. COMO SERÁ SUA PARTICIPAÇÃO

Se você aceitar participar, poderá:

- Responder perguntas (entrevista ou questionário);
- Participar de conversas em grupo;
- Participar de atividades práticas ou oficinas;
- Ser fotografado(a) ou filmado(a), se concordar.

4. RISCOS E DESCONFORTOS

Os riscos são mínimos, podendo incluir:

- Desconforto ao responder alguma pergunta;
- Não querer aparecer em imagens.

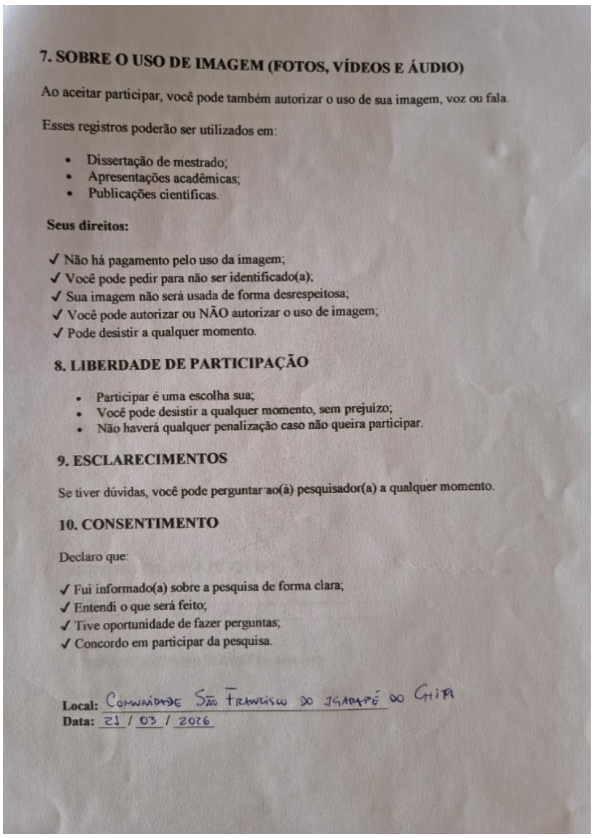
Você pode deixar de responder qualquer pergunta ou sair da pesquisa a qualquer momento.

5. BENEFÍCIOS

- Contribuição para o fortalecimento da comunidade;
- Valorização dos saberes locais;
- Possível apoio ao desenvolvimento do turismo comunitário.

6. SIGILO E PRIVACIDADE

- Seu nome pode ser mantido em sigilo (anonimato), se você quiser;
- As informações serão usadas apenas para fins de pesquisa;
- Nenhuma informação será usada de forma que prejudique você ou a comunidade.



7. SOBRE O USO DE IMAGEM (FOTOS, VÍDEOS E ÁUDIO)

Ao aceitar participar, você pode também autorizar o uso de sua imagem, voz ou fala.

Esses registros poderão ser utilizados em:

- Dissertação de mestrado;
- Apresentações acadêmicas;
- Publicações científicas.

Seus direitos:

✓ Não há pagamento pelo uso da imagem;
✓ Você pode pedir para não ser identificado(a);
✓ Sua imagem não será usada de forma desrespeitosa;
✓ Você pode autorizar ou NÃO autorizar o uso de imagem;
✓ Pode desistir a qualquer momento.

8. LIBERDADE DE PARTICIPAÇÃO

- Participar é uma escolha sua;
- Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo;
- Não haverá qualquer penalização caso não queira participar.

9. ESCLARECIMENTOS

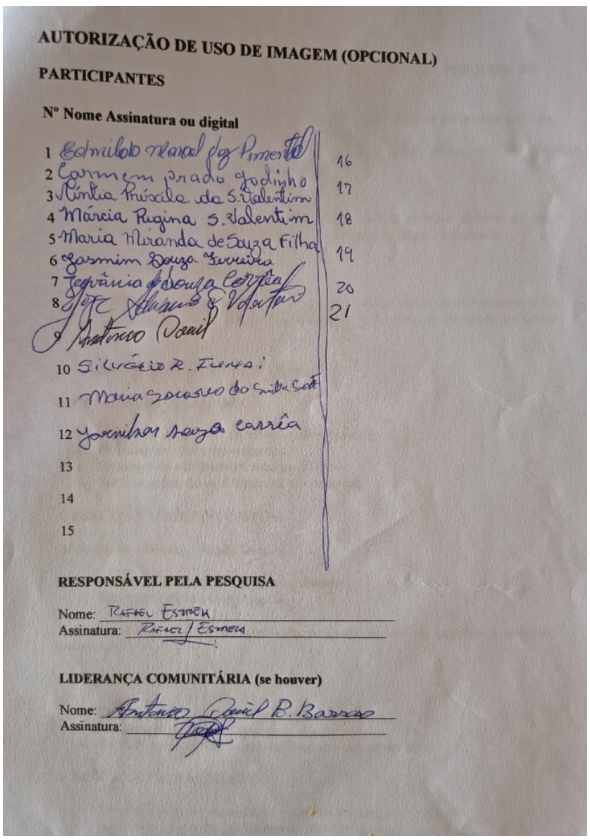
Se tiver dúvidas, você pode perguntar ao(à) pesquisador(a) a qualquer momento.

10. CONSENTIMENTO

Declaro que:

✓ Fui informado(a) sobre a pesquisa de forma clara;
✓ Entendi o que será feito;
✓ Tive oportunidade de fazer perguntas;
✓ Concordo em participar da pesquisa.

Local: Comunidade São Francisco do Igarapé do Chita
Data: 21 / 03 / 2026



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (OPCIONAL)

PARTICIPANTES

Nº Nome Assinatura ou digital

1 Edmilson Marcal da Pimentel
2 Carmem Prado Godinho
3 Cíntia Priscila da S. Valentim
4 Márcia Regina S. Valentim
5 Maria Miranda de Souza Filha
6 Jasmim Souza Ferreira
7 Tegrânia Adonay Correa
8 [illegible]
9 Antonio David
10 Silvério R. Freitas
11 Maria Socorro do Santos Silva
12 Jocimara Souza Correia
13
14
15
16
17
18
19
20
21

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

Nome: Rafael Esmeu
Assinatura: Rafael Esmeu

LIDERANÇA COMUNITÁRIA (se houver)

Nome: Antonio David R. Barros
Assinatura: